



DIVULGAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS ANEXOS

2º TRIMESTRE DE 2018

2018



REITOR

Sylvio Mário Puga Ferreira

PRO REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Raimundo Nonato Pinheiro de Almeida

DIRETORA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Luciana Damasceno Costa

Coordenadora de Contabilidade

Cecília Maria dos Santos

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação de Contabilidade

Cleide Maria da Silva Leal

Thayane de Souza Amaral

Sumário

Apresentação	07
1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	08
2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	08
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	16
1 - Resultados da Análise dos Índices do Balanço Patrimonial.....	16
1.1 - Demonstrações Contábeis - Balanço Patrimonial.....	16
1.2 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....	18
1.3 – Créditos a Curto Prazo.....	18
1.4 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	19
1.5 - Demais Obrigações a Curto Prazo.....	19
1.5.1 –Valores Restituíveis.....	20
1.6- Anexos.....	20
1.6.1 - Imobilizado.....	20
1.6.2 - Intangível.....	24
1.6.3 - Fornecedores.....	26
1.6.4 - Obrigações Contratuais.....	30
2- Resultados da Análise dos Índices da Demonstração das Variações Patrimoniais.....	37
2.1 – Demonstração das Variações Patrimoniais – Resumida.....	37
2.2 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras.....	40
2.3 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.....	40
2.4 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	41
2.5 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras.....	42
2.6 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.....	42
2.6.1 –Incorporação de Passivos.....	43
2.6.2 –Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas.....	43
3 - Resultados da Análise dos Índices do Balanço Orçamentário.....	46
3.1 – Balanço Orçamentário Estendido.....	46
3.2 – Balanço Orçamentário - Análise.....	49



UFAM

3.3 – Receitas Correntes.....	50
3.3.1– Receita de Serviços.....	50
3.3.2 - Receita Patrimonial.....	50
3.4– Despesas Correntes.....	50
3.4.1-Despesas com Pessoal e Encargos Sociais.....	50
3.4.2-Outras Despesas Correntes.....	50
3.5 - Despesas de Capital.....	51
3.5.1- Investimentos.....	51
3.6 - Anexos	51
3.6.1- Anexo – Execução Orçamentária de Restos a Pagar.....	51
4 - Resultados da Análise dos Índices do Balanço Financeiro.....	57
4.1 – Balanço Financeiro.....	57
4.2 – Ingressos.....	58
4.2.1 – Receitas Orçamentárias Vinculadas.....	58
4.2.2 – Recebimentos Extraorçamentários.....	58
4.3 – Dispêndios.....	58
4.3.1 Desp. Orçamentárias – Transf. Financ. Concedidas (Indep da Exec. Orç).....	58
4.3.2 Desp. Extraorçamentárias – Pagamento de RPP.....	59
5 - Resultados da Análise dos Índices da Demonstração do Fluxo de Caixa.....	61
5.1 – Demonstração do Fluxo de Caixa.....	61
5.2 – Fluxo de Caixa das Atividades das Operações – ingressos.....	63
5.2.1 – Outras Receitas Derivadas e Originárias.....	63
5.3 – Fluxo de Caixa das Atividades das Operações – Desembolsos.....	63
5.3.1 – Transferências Concedidas.....	63
5.4 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.....	64
5.4.1 – Outros Desembolsos de Investimentos.....	64
5.5 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	65

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	18
Tabela 2 – Créditos a Curto Prazo.....	19
Tabela 3– Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	19
Tabela 4 – Valores Restituíveis.....	20
Tabela 5 – Imobilizado – Composição.....	21
Tabela 6 – Bens Móveis – Composição.....	21
Tabela 7 – Bens Imóveis – Composição.....	22
Tabela 8 – Bens de Uso Especial – Composição.....	23
Tabela 9 – Intangível – Composição.....	25
Tabela 10 – Software com Vida Útil Indefinida – Composição.....	25
Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Órgão 26270.....	26
Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora).....	26
Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor Órgão 26270.....	27
Tabela 14 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 154039.....	29
Tabela 15 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 150224.....	30
Tabela 16 – Obrigações Contratuais – Órgão 26270 – Valores em Execução.....	31
Tabela 17 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.....	32
Tabela 18 - Obrigações Contratuais – Órgão 26270 Por Contratado.....	32
Tabela 19 - Obrigações Contratuais – UG 154039 Por Contratado.....	34
Tabela 20 - Obrigações Contratuais – UG 150224 Por Contratado.....	34
Tabela 21 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras.....	40
Tabela 22 – Valorização e Ganhos Com Ativos e Desinc. de Passivos	41
Tabela 23 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	41
Tabela 24 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras.....	42
Tabela 25 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação De Passivos.....	43
Tabela 25.1 - Incorporação de Passivos.....	43
Tabela 25.2 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas.....	45
Tabela 26 - Restos a pagar não processado - Órgão 26270.....	51
Tabela 27 - Restos a pagar processado - Órgão 26270.....	52
Tabela 28 – Execução Orçament. Restos a Pagar– Por UG (154039/150224).....	53



UFAM

Tabela 29 - Restos a Pagar - Por Classificação por Natureza de Despesa.....	54
Tabela 30 – Receitas Orçamentárias Vinculadas.....	58
Tabela 31 – Recebimento Extraorçamentário.....	58
Tabela 32 – Transferências Financeiras Concedidas (Indep. de Exec. Orçamentária).....	59
Tabela 33 – Pagamento de Restos a Pagar Processados	60
Tabela 34 – Receitas Derivadas e Originárias.....	63
Tabela 35 – Transferências Concedidas.....	64
Tabela 36 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos.....	64
Tabela 37 – Outros Desembolsos de Investimentos.....	65
Tabela 38 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	65



Apresentação

As Demonstrações Contábeis contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), seus Anexos, bem como nas respectivas Notas Explicativas.

No presente relatório, serão evidenciados os Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, e do Fluxos de Caixa da Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Órgão 26270) dividido em duas unidades gestoras (UG 154039 - Universidade e UG 150224 - Hospital Universitário Getúlio Vargas), com suas respectivas Notas Explicativas do 2º Trimestre de 2018. Embora não sejam exigidas pela legislação brasileira vigente, a divulgação trimestral das Demonstrações representa um instrumento de transparência do Governo Federal.

1 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As **Demonstrações Contábeis** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis devem ser acompanhadas por anexos, por outros demonstrativos exigidos por lei e pelas notas explicativas.

As estruturas e a composição das Demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Anexos; e
- VII. Notas Explicativas.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

2 - RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i)

nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Ajuste para perdas dos créditos tributários

A RFB utiliza a seguinte classificação para controle dos créditos tributários sob sua supervisão:

(i) devedor; (ii) exigibilidade suspensa (processo administrativo); (iii) exigibilidade suspensa (processo judicial); e (iv) parcelamento. Os créditos tributários classificados nas categorias 'i' e 'iv' estão evidenciados no ativo, enquanto as demais categorias estão em contas de controle.

O ajuste para perdas do crédito tributário é calculado a partir do saldo da categoria 'devedor'. A categoria 'parcelamento' não é utilizada na base de cálculo do ajuste para perdas, pois tais créditos foram considerados como totalmente recuperáveis. Quando ocorre a inadimplência de um crédito que está na categoria 'parcelamento', o mesmo é reclassificado para a categoria 'devedor'.

Os créditos na categoria devedor são subdivididos em duas classes: (i) até R\$ 1.000 (mil reais); e (ii) acima de R\$ 1.000 (mil reais). A subdivisão é relevante, pois somente os valores acima de R\$ 1.000 (mil reais) são encaminhados para a inscrição em dívida ativa.

Para os créditos tributários até R\$ 1.000 (mil reais), o ajuste para perdas é calculado a partir da taxa de insucesso. Por sua vez, a taxa de sucesso representa a taxa de recuperabilidade efetiva de tais créditos pela RFB, apurada considerando-se os últimos exercícios.

Para os créditos tributários acima de R\$ 1.000 (mil reais), é aplicado o mesmo percentual aplicado aos créditos inscritos na dívida ativa.

(h) Ajuste para perdas da dívida ativa

Os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (i) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (ii) parcelados; (iii) garantidos; e (iv) suspensos, por decisão judicial.

De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'ii' a 'iv' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimação de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimação de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimento passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício.

(i) Investimentos

São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis.

Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.

(j) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(k) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(l) Diferido

Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo será amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

(m) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUNET e bens móveis.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(n) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(o) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(p) Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

I. Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) foi avaliada pelo valor a pagar ao

final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas;

II. Dívida Pública Federal Externa (DPFe) foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

(q) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

Na União, existem benefícios oriundos de planos de contribuição definida (Planos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp, por exemplo) e de benefício definido (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, por exemplo).

Nos planos de contribuição definida, os riscos atuarial e dos investimentos são dos participantes. Como não há nenhum risco para a União, não é realizado nenhum cálculo atuarial.

Nos planos de benefício definido, os riscos atuarial e dos investimentos recaem parcial ou integralmente para a União. A contabilização dos custos de tais planos exige a mensuração das obrigações atuariais, podendo gerar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassar o valor dos ativos do plano de benefícios, ou um ativo, na situação inversa.

Na União, têm sido realizados e contabilizados os riscos atuarial e dos investimentos

relacionados com o RPPS dos servidores civis da União.

(s) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(t) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

(t.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(t.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.



UFAM

(t.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

1 Resultados da Análise dos Índices do Balanço Patrimonial

1.1 Demonstrações Contábeis - Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	67.250.221,09	47.877.917,08	PASSIVO CIRCULANTE	36.742.493,23	18.775.185,81
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.354.236,71	31.013.524,44	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	21.812.633,51	7.028.923,54
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	33.717.407,20	13.091.004,51	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	10.701.012,46	8.417.407,17
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	5.178.577,18	3.773.388,13	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	4.228.847,26	3.328.855,10
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.876.716.585,22	1.864.157.833,45	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	53.955,80	53.955,80	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	53.955,80	53.955,80	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	36.742.493,23	18.775.185,81
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	1.876.529.348,23	1.863.971.335,46			
Demais Investimentos Permanentes	166.376.711,25	159.158.933,84	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	166.440.902,25	159.223.124,84	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
	-64.191,00	-64.191,00	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	1.710.152.636,98	1.704.812.401,62	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	1.712.613.806,31	1.706.763.742,33	Demais Reservas	1.907.224.313,08	1.893.260.564,72
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-2.461.169,33	-1.951.340,71		9.404.632,69	153.826.223,29
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	1.893.260.564,72	1.827.577.811,03
	133.281,19	132.542,19	Resultado do Exercício	4.559.115,67	-88.143.469,60
Bens Imóveis	101.063,39	101.063,39	Resultados de Exercícios Anteriores	-	-
Bens Imóveis	101.063,39	101.063,39	Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-

(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	32.217,80	31.478,80	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.907.224.313,08	1.893.260.564,72
Intangível	32.217,80	31.478,80			
Softwares					
Softwares					
(-) Amortização Acumulada de Softwares					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.					
Direitos de Uso de Imóveis					
Direitos de Uso de Imóveis					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
TOTAL DO ATIVO	1.943.966.806,31	1.912.035.750,53	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.943.966.806,31	1.912.035.750,53

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	28.356.769,87	31.016.057,60	PASSIVO FINANCEIRO	272.253.491,17	67.241.025,98
ATIVO PERMANENTE	1.915.610.036,44	1.881.019.692,93	PASSIVO PERMANENTE	22.068.441,07	6.954.735,91
			SALDO PATRIMONIAL	1.649.644.874,07	1.837.839.988,64

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	82.959.385,68	64.710.536,39	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	71.909.858,14	91.063.595,26
Execução dos Atos Potenciais Ativos	82.959.385,68	64.710.536,39	Execução dos Atos Potenciais Passivos	71.909.858,14	91.063.595,26
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	26.319.668,21	25.156.985,18	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	53.385.867,26	36.299.701,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	2.146.460,20	2.146.460,20
Direitos Contratuais a Executar	3.253.850,21	3.253.850,21	Obrigações Contratuais a Executar	69.763.397,94	88.917.135,06
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	82.959.385,68	64.710.536,39	TOTAL	71.909.858,14	91.063.595,26

1.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A partir da análise dos índices na revisão analítica, pode-se verificar uma redução de 8,57% entre 31/12/2017 e 30/06/2018 do Grupo de Contas CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, que se deve à redução na conta de LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO no valor de R\$4.611.253,00, valor este que se refere à UG Secundária 150224 - Hospital Universitário Getúlio Vargas, que no encerramento de 2017 contava com um saldo de 6.384.510,46 e que em 30/06/2018 estava com um saldo de R\$ 2.362.327,19.

Vale ressaltar que o saldo do Grupo de Contas CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, se deve em grande proporção a uma devolução de saldo remanescente do Convênio sob nº 03/2010, no valor de R\$ 12.636.908,01.

Esta devolução se deu devido à perda de prazo da execução do projeto "Parque Tecnológico para Inclusão Social, Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica", com recursos financeiros de origem do MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponibilizado através de Termo de Execução Descentralizada, firmada entre MCTI, UFAM e Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - UNISOL. Atualmente o valor em questão se encontra investido, e cabe destacar que este Órgão - FUA, ainda está buscando realizar o objeto do Convênio em questão por meios próprios.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.

R\$ milhares

	30/06/2018	31/12/2017	AH(%)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	28.354.236,71	31.013.524,44	-
Total	28.354.236,71	31.013.524,44	-8,57%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

1.3 Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferência e empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações.

A partir da análise dos índices na revisão analítica, pode-se verificar uma variação horizontal de 158,00% entre 31/12/2017 e 30/06/2018 do Grupo de Contas CREDITOS A CURTO PRAZO, que se deve aos pedidos de adiantamento de 13º Salário e Férias para o início do ano de 2018, pois a conta ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL no encerramento de 2017 estava com um saldo de R\$ 10.727.552,14, o que no 2º trimestre de 2018 aumentou para R\$ 30.908.162,72.

Tabela 2 – Créditos a Curto Prazo.

R\$ milhares

	30/06/2018	31/12/2017	AH(%)
CREDITOS A CURTO PRAZO	33.717.407,20	13.091.004,51	-
Total	33.717.407,20	13.091.004,51	158,00%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

1.4 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Analisando o Grupo de Contas FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO, pode-se observar uma variação horizontal de 27,13% entre 31/12/2017 e 30/06/2018, contando com um saldo de R\$ 10.701.012,46, que se deve na proporção de 98,22% ao Grupo CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS, com um saldo equivalente a R\$ 10.510.667,93 que dividido por UG está da seguinte forma:

- FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - R\$ 8.656.562,59 - o saldo da conta 2.1.3.1.1.04.00-CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS representa 81,50% do grupo de contas em análise, que serão melhor detalhados no anexo Fornecedores.
- HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS - R\$ 1.944.052,77 - o saldo da conta 2.1.3.1.1.04.00-CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS representa 18,50% do grupo de contas em análise, que serão melhor detalhados no anexo Fornecedores.

Demais informações relevantes referentes a esta conta, constam no anexo próprio Fornecedores.

Tabela 3 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.

R\$ milhares

	30/06/2018	31/12/2017	AH(%)
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	10.701.012,46	8.417.407,17	-
Total	10.701.012,46	8.417.407,17	27,13%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

1.5 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos outros subgrupos, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Analisando o Grupo de Contas DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO, pode-se observar uma variação horizontal de 27,04% entre 31/12/2017 e 30/06/2018, contando com um saldo de R\$ 4.228.847,26, que se deve principalmente à movimentação da seguinte conta:

1.5.1 - Valores Restituíveis

A partir da análise do Grupo de Contas VALORES RESTITUÍVEIS, pode-se verificar uma variação horizontal de 96,97% comparando os períodos 31/12/2017 e 30/06/2018, que se deve em grande parte à movimentação no Grupo de Contas CONSIGNAÇÕES.

Conta esta, que apresentou em 30/06/2018 um saldo de R\$ 2.036.713,48, sendo que no encerramento de 2017 apresentava um saldo de R\$ 849.137,43, esta movimentação se refere aos contratos terceirizados, onde são exigidas garantias contratuais e retidos valores referentes a conta vinculada para cumprimentos das obrigações trabalhistas, que são pagos no decorrer do exercício. Retenções realizadas também para cumprir exigências contidas no anexo VII – B da Instrução Normativa 05/2017.

Tabela 4 – Valores Restituíveis.

R\$ milhares

	30/06/2018	31/12/2017	AH(%)
VALORES RESTITUÍVEIS	2.295.245,80	1.165.260,55	-
Total	2.295.245,80	1.165.260,55	55,43%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

1.6 - ANEXOS

1.6.1 - Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30/06/2018, o Órgão 26270 apresentou um saldo de R\$ 1.876.529.348,23 bilhão relacionado a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 5 – Imobilizado – Composição.

	30/06/2018	31/12/2017	AH(%)
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	166.440.902,25	159.223.124,84	4,53%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	64.191,00	64.191,00	0,00%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	1.712.613.806,31	1.706.763.742,33	0,34%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	2.461.169,33	1.951.340,71	26,13%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Total	1.876.529.348,23	1.863.971.335,46	0,67%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26270 em 30/06/2018 totalizavam R\$ 166.376.711,25 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 6 – Bens Móveis – Composição

	30/06/2018	31/12/2017	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	70.661.927,75	67.370.454,91	4,89%
Bens de Informática	36.692.214,66	35.103.356,00	4,53%
Móveis e Utensílios	33.878.869,95	32.459.124,19	4,37%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	13.802.797,43	13.071.565,67	5,59%
Veículos	7.311.917,91	7.135.631,91	2,47%
Bens Móveis em Andamento	363.175,24	352.992,85	2,88%
Bens Móveis em Almojarifado	1.588,80	1.588,80	0,00%
Demais Bens Móveis	3.728.410,51	3.728.410,51	0,00%
Depreciação / Amortização Acumulada	(64.191,00)	(64.191,00)	0,00%
Total	166.376.711,25	159.158.933,84	4,53%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 42,47% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto pelo quadro a seguir:

	30/06/2018	AV
1.2.3.1.1.01.01 APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTAÇÃO	4.614.357,79	6,53%
1.2.3.1.1.01.02 APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	395.670,65	0,56%
1.2.3.1.1.01.03 EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB. E HOSP.	53.898.232,81	76,28%
1.2.3.1.1.01.04 APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES	1.208.257,01	1,71%
1.2.3.1.1.01.05 EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	213.807,71	0,30%
1.2.3.1.1.01.06 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	792.944,61	1,12%
1.2.3.1.1.01.07 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	5.813.458,98	8,23%
1.2.3.1.1.01.08 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	1.138.333,82	1,61%
1.2.3.1.1.01.09 MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	1.143.374,05	1,62%
1.2.3.1.1.01.12 EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	6.500,00	0,01%
1.2.3.1.1.01.13 EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	32.093,95	0,05%
1.2.3.1.1.01.18 EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	1.706,90	0,00%
1.2.3.1.1.01.20 MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIÁRIO	267.923,28	0,38%
1.2.3.1.1.01.21 EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	143.840,70	0,20%
1.2.3.1.1.01.21 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELE	15.830,45	0,02%
1.2.3.1.1.01.25 MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	928.571,54	1,31%
1.2.3.1.1.01.99 OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	47.023,50	0,07%
TOTAL	70.661.927,75	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão 26270 em 30/06/2018 totalizavam R\$ 1.710.152.636,98 bilhão e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 7 – Bens Imóveis – Composição.

	R\$ milhares		
	30/06/2018	31/12/2017	AH(%)
Bens de Uso Especial	1.467.319.318,77	1.467.319.318,77	0,00%
Bens Dominicais	272.526,45	272.526,45	0,00%
Bens Imóveis em Andamento	240.678.100,04	234.828.036,06	2,49%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	151.182,36	151.182,36	0,00%
Instalações	3.850.943,52	3.850.943,52	0,00%
Demais Bens Imóveis	341.735,17	341.735,17	0,00%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(2.461.169,33)	(1.951.340,71)	26,13%
Total	1.710.152.636,98	1.704.812.401,62	0,31%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

De acordo com a tabela anterior, Bens de Uso Especial correspondem a 85,80% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 26270, perfazendo o montante de R\$ 1.467.319.318,77 bilhão em 30/06/2018 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Imóveis de Uso Educacional, conforme tabela abaixo.

Tabela 8 – Bens de Uso Especial–Composição

	30/06/2018	31/12/2017	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	0,00	0,00%
Terrenos, Glebas	220.930,05	220.930,05	0,00%
Imóveis de Uso Educacional	1.467.098.388,72	1.467.098.388,72	0,00%
Edifícios	0,00	0,00	0,00%
Imóveis Residenciais e Comerciais	0,00	0,00	0,00%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	0,00	0,00	0,00%
Total	1.467.319.318,77	1.467.319.318,77	0,00%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Vale ressaltar que para as contas do Imobilizado que se referem a Imóveis os registros são efetuados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET. Está em andamento o processo de avaliação, reavaliação e atualização dos valores dos bens imóveis de uso especial da União sob a responsabilidade da UFAM. Em 2015, foi registrada no SPIUNET a reavaliação dos bens imóveis do Campus Universitário/Manaus. Em 2016, foi feito o registro dos demais imóveis em áreas dispersas da UFAM localizadas em Manaus. No segundo trimestre de 2017, foi realizado o registro da valorização dos terrenos dos Campi dos Interiores.

Ressaltamos que por meio do Memorando nº 192/2018 – CP/DE/PCU, a Prefeitura do Campus Universitário informou, após este Departamento de Finanças reiterar um posicionamento oficial sobre as atualizações, avaliações e reavaliações dos registros imobiliários através do Memorando nº 110/2018, que, com exceção do imóvel de Parintins, o registro das benfeitorias dos imóveis da capital e do interior foi concluído no SPIUNET. Segundo ainda a Prefeitura do Campus, as reavaliações ainda não foram concluídas, pois ainda estão trabalhando na reavaliação e na elaboração de laudos de avaliação onerosa

de espaço para restaurantes e lanchonetes das unidades.

(a.2) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis e bens móveis

A depreciação dos bens móveis ainda não está acontecendo. O Departamento de Material continua procedendo às atividades de inventário, inclusive identificando os bens inservíveis e providenciando as reclassificações e baixas necessárias, para que desta forma sejam iniciados os procedimentos de depreciação conforme informado no Memorando 184/2017 – DEMAT.

Em reunião com o Departamento de Material e PROADM, decidiu-se pela criação das Comissões de Depreciação, Amortização e Implantação do Centro de Custos. Diante desse fato, o Departamento Financeiro, por meio do Memorando nº 232/2018 – DEFIN, apresenta à PROADM uma sugestão de composição das citadas Comissões, porém até o fechamento dessas notas não havíamos obtido resposta.

Ressaltamos que o saldo presente na conta de Depreciação (R\$ 64.191,00) se refere a um teste piloto realizado em 2015, relacionado à conta de veículos. Contudo, devido a problemas técnicos no módulo de Sistema Patrimonial do SIE envolvendo inclusive a atualização dos dados patrimoniais, o processo não foi dado continuidade.

Em relação à conta de Imóveis da UG 154039, o registro da depreciação dos mesmos vem sendo realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional através da UG 170999, diretamente no sistema SIAFI.

De acordo com a contadora da UG 150224 (Hospital Universitário), os procedimentos relacionados à cessão dos bens móveis foram iniciados consoante processo 23105.04752/2018 protocolado na Ufam em 07/02/2018, porém ainda não foram concluídos até a presente data.

Não constam no Patrimônio da UG 150224 (HUGV) bens Imóveis.

A cláusula quarta do contrato 01/2013 preceitua que a Contratante (Ufam) cederá a Ebserh, por meio de instrumento de cessão de uso, o Prédio em que funciona o hospital, entretanto, o fato somente ocorrerá quando da conclusão do inventário (parágrafo segundo, da mesma cláusula). Segundo informações do HUGV o inventário já foi concluído, faltando apenas a cessão do imóvel.

1.6.2 - Intangível

Informamos que este Órgão 26270 - FUAM, está se organizando para constituir uma Comissão Multidisciplinar para formalizar os procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável, bem como a reorganização do trâmite desses Ativos, para que transitem pelo setor de Patrimônio (procedimento não adotado atualmente).

Apenas a UG: 154039 - Universidade Federal do Amazonas apresenta bens intangíveis no

momento. A mesma possui apenas sete ativos gerados internamente, já com propriedade intelectual concedida. Os demais ainda estão em fase de desenvolvimento.

Informamos ainda, que será feito o possível para atendermos ao prazo estipulado pelo Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) para a implantação de tais procedimentos (até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019).

Em 30/06/2018, o Órgão 26270 - FUAM, apresentou um saldo de R\$ 133.281,19 relacionados a Intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os períodos de 2018 e 2017.

Tabela 9 – Intangível – Composição.

R\$ milhares

	30/06/2018	31/12/2017	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	-	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	101.063,39	101.063,39	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	32.217,80	31.478,80	-
Total	133.281,19	132.542,19	0,56%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

No intangível, destaca-se o item **Software com Vida Útil Indefinida** que representa cerca de **75,83%** do grupo, composto pelos seguintes itens:

Tabela 10 – Software com Vida Útil Indefinida – Composição.

	31/03/2018	31/12/2017	AH(%)
SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE BIOTÉRIO UFAM	59.689,39	59.689,39	-
73 LICENÇAS DO SOFTWARE VISUAL CLASS ANDROID	34.058,00	34.058,00	-
SOFTWARE DE PRÁTICAS DE ESPORTES UFAM	2.780,00	2.780,00	-
FERRAM.DE TESTES DE INTEG SISTÊMICA - TELECOM	140,00	140,00	-
SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	4.396,00	4.396,00	-
Total	101.063,39	101.063,39	-

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

Destaca-se ainda, o item **Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Definida**, que conta com um saldo de R\$ 32.217,80, saldo este que será baixado no próximo trimestre devido a orientações da Setorial Contábil do MEC através da Mensagem SIAFI 2017/0927998, devido à necessidade de segurança e informações concretas para a contabilização destes itens, pois os gastos incorridos para seu desenvolvimento não podem ser separados dos custos relacionados ao desenvolvimento do negócio como um todo. Informamos ainda, que este saldo não foi completamente baixado devido a erros nas situações que são utilizadas para proceder a essas baixas, e a UFAM entrou em contato com a Setorial

de Contabilidade do MEC para regularizar esta situação, orientando a respeito dos procedimentos a serem tomados através de e-mail.

1.6.3 – Fornecedores

Em 30/06/2018, o Órgão FUAM (26270) apresentou um saldo em aberto de R\$ 10.701.012,46, relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo na sua totalidade de obrigações a curto prazo e nacionais.

A seguir, apresenta-se a Tabela 11, com os fornecedores.

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Órgão 26270

Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)
Nacionais	10.701.012,46	8.417.407,17	27,13%
Estrangeiros		-----	
Total	10.701.012,46	8.417.407,17	27,13%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

Os fornecedores e contas pagar do curto prazo se referem aos fornecedores nacionais, representando 100 % do total a ser pago.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 12, relacionando o montante por órgão contratante com valores por Unidade Gestora de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/06/2018.

Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora)

	30/06/2018	AV (%)
Órgão 26270 - UG 154039	8.756.959,69	81,83%
Órgão 26270 - UG 150224	1.944.052,77	18,17%
Total	10.701.012,46	100%

Fonte: SIAFI, 2018

A UG 154039 é responsável por 81,83% do total a ser pago, enquanto a UG 150224 representa 18,17% desse montante. Cabe destacar, que a UG 154039 representa o montante mais significativo, uma vez que possui uma estrutura de funcionamento bem maior que a do Hospital Universitário (UG 150224), justificando assim um valor a ser pago aos fornecedores mais relevante.

Na tabela 13, apresentada a seguir, relacionam-se os 07 (sete) fornecedores com valores mais expressivos e o saldo em aberto, na data base de 30/06/2018.

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor Órgão 26270

		30/06/2018	AV(%)
A	TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES	2.292.641,52	21,42%
B	ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	1.069.270,31	9,99%
C	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	1.068.579,26	9,99%
D	GLOBAL SERVICE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA	457.094,81	4,27%
E	HAZA CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS LTDA-EPP	428.383,70	4,00%
F	M J RESTAURANTES LTDA-EPP	374.520,22	3,50%
G	MAQUET DO BRASIL EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	316.344,00	2,96%
H	DEMAIS	4.694.174,64	43,87%
TOTAL		10.701.012,46	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018

Em relação aos 07 (sete) fornecedores do Órgão com saldos mais relevantes, representam 56,13% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações dos 05 (cinco) fornecedores com valores mais relevantes:

- (a) Fornecedor A: trata-se de valores referentes ao contrato nº 30/2012, cujo objeto é a Obra de construção do Hospital Universitário HUGV com vigência até 01/04/2020. Foi constatado que o prazo da vigência desse contrato contraria o disposto no artigo 57 da Lei 8.666/93 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Melhores detalhes no Anexo de Contratos;
- (b) Fornecedor B: trata de 09 (nove) contratos que atendem o Campus da Capital e os Campus do interior, sendo todos pertencentes a UG 154039, conforme segue:
- ✓ 07 (sete) contratos de conservação e limpeza (Contratos nº 32/2014, 60/2014, 62/2014, 63/2014, 64/2014, 65/2014 e 66/2014);
 - ✓ 02 (três) contratos de apoio e manutenção (Contratos nº 27/2014 e 35/2014).
- Salientamos que os 06 contratos de limpeza e 02 de apoio que encerravam a vigência no mês de setembro e outubro/2017, foram prorrogados por mais doze (12) meses.
- (c) Fornecedor C: trata-se de valores referentes a despesas com energia elétrica na UG 154039 e UG 150224;
- (d) Fornecedor D: trata-se de valores referentes ao contrato emergencial nº 07/2018 cujo objeto é a contratação de serviços de vigilância armada e desarmada nas dependências da UFAM em Manaus com vigência de 19/04/18 a 15/10/18, sendo melhor detalhada no Anexo de Contratos;
- (e) Fornecedor E: trata de valores de dois contratos discriminados a seguir:
- ✓ Contrato 48/2016 - referente a construção do Bloco de Comunicação do Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL, no Campus Universitário - Setor Norte.

- ✓ Contrato 09/2018 - referente aos serviços de manutenção de urbanização da UFAM/Amazonas com a dispensa nº 08/2018 pelo período de 180 dias e vigência de 30/05/18 a 25/11/18.

Sobre a situação do fornecedor UNISOL, que se encontrava pendente na nota explicativa do 1º trimestre de 2017 e se refere ao serviço de assessoria pela Fundação de Apoio Unisol, entidade que apoia o HUGV fornecendo serviço de apoio para a área fim, conforme Contrato 08/2012. Reiteramos que: na nota explicativa do 4º trimestre de 2016 foi informada pelo Setor de Orçamento e Finanças da UG 150224, através do memorando 002/2016 a necessidade de se sanar a irregularidade ocorrida na parcela 04/2016, onde foi pago R\$ 193.806,55, relativo a 2016np000874. Feita a cobrança junto à Unisol o HUGV não teve retorno. Foram solicitadas através do memorando 15/2017 ao Setor de Orçamento e Finanças providências no sentido de regularizar tal despesa, no sentido de reaver o financeiro a ser devolvido pela UNISOL, para posterior pagamento de forma correta. A 2016NP00874 foi cancelada, no valor de R\$ 522.734,07, conforme 2017ns000430, pois este orçamento não tem mais despesas correspondentes. Quanto ao retorno do financeiro, as providências a serem tomadas pelo Setor Financeiro foram reiterar a cobrança, conforme e-mail datado de 19/04/2017, e o acerto entre o Setor de Orçamento e Finanças e a Unisol seria que até o dia 19/05/2017 o pagamento, a título de reconhecimento de dívida no valor de R\$ 193.806,55 e o termo de ajuste seria feito, e a partir desta data será emitida a GRU, para devolução por parte da Unisol do financeiro.

A contadora da UG 150224 - HUGV relatou que na 3ª nota explicativa de 2017 a Controladoria, através do memorando 106/2017, solicitou a posição da Gestão a respeito do que foi pontuado na 2ª nota explicativa de 2017 quanto à situação da despesa com a Fundação de Apoio – Unisol quanto ao prosseguimento da despesa sem amparo contratual. Foi informado pela Gerência Administrativa no Despacho 426/2017 da Gerência Administrativa do HUGV, que se reportou ao memorando 270/2017 da Divisão de Logística que argumentou que foi constatado pelo Departamento Financeiro/UFAM que o aditamento do contrato se deu após 34 dias após o término de sua vigência e que por este motivo foi determinado que a despesa correria como reconhecimento de dívida até que a gestão do HUGV junto com a Reitoria pudessem dar os encaminhamentos para a resolução da questão. Quanto às verbas rescisórias no valor de R\$ 1.580.000,00 nos foi respondido através do mesmo documento (memo 270/2017 – DLH) que a EBSEH estaria levantando o montante real das verbas para possível aporte de recurso para cobertura desta despesa. Nos encaminhamentos da 4ª nota explicativa de 2017, a Controladoria encaminhou o memorando 153/2017, reiterando as providências. A Divisão Administrativa Financeira através do memorando 074/2018, informou que será realizada a nulidade formal do Contrato 008/2012 e que a gestão está providenciando o desligamento do pessoal envolvido na prestação dos serviços do contrato de forma escalonada, objetivando extinguir a despesa como indenização até 31/03/2018.

Os encaminhamentos registrados na 4ª nota explicativa de 2017 contidos no memorando 074/2018 – DAF foram realizados, conforme explicitado no memorando 387/2018 – DAF, que baseia o

registro da 1ª nota explicativa de 2018 do HUGV:

- a) a autorização da baixa de saldo de contrato no valor de R\$ 5.971.974,91 (Cinco Milhões, Novecentos e Setenta e Hum Reais e Noventa e Hum Centavos), considerando que o Contrato 008/2012 está extinto desde julho de 2017;
- b) desligamento do pessoal precarizado de forma escalonada, que ocorreu até 31/03/2018 ;
- c) Instauração de Processo Administrativo para oitiva dos gestores da época;
- d) A Controladoria do HUGV também questionou quanto à devolução do valor de R\$ 193.906,55 (Cento e Noventa e Três Mil, Oitocentos e Seis Reais e Cinquenta e Cinco Centavos) pago sem cobertura contratual e posterior pagamento como Termo de Ajuste à Unisol, conforme descrito nas notas explicativas de 2017 e memorando 35/2018. A Divisão de Administração Financeira/HUGV, através do memorando 436/2018, alegou que, o pagamento para a Unisol em questão era devido, relativo à folha de pagamento de precarizados, mas que este acordo não foi realizado no tempo devido e que a atual gestão priorizou o desligamento dos precarizados, baixa de saldo de contratos e demais providências subsequentes, não incluindo assim, tal devolução.

A contadora da UG 150224 encaminhou a respeito da pendência ainda restante sobre a devolução do valor de R\$ 193.906,55 que iria ser providenciada junto à UNISOL, conforme descrito nas explicativas de 2017, a seguinte resposta relatada nas Notas Explicativas do 2 trimestre de 2018 do HUGV:

A Daf através do memorando 436/2018 alegou que, o pagamento para a Unisol em questão era devido e relativo à folha de pagamento de precarizados. A atual Gestão priorizou o desligamento dos precarizados, baixa de saldo de contratos e demais providências subsequentes, não incluindo assim, tal devolução, por julgar que tal medida não tem eficácia, haja vista que todos os pagamentos realizados para a Unisol eram devidos, mesmo que na forma não estivessem amparados por contrato. Sendo assim, o encaminhamento de devolução para o HUGV e posterior devolução para a Unisol de tal valor não irá acontecer.

Abaixo as Tabelas 14 e 15, referente aos 07 (sete) fornecedores mais relevantes por Unidade Gestora (154039,150224).

Tabela 14 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 154039

		30/06/2018	AV(%)
A	TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA	2.292.641,52	26,18%
B	ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL E	1.069.270,31	12,21%
C	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	706.196,04	8,06%
D	GLOBAL SERVICE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA	457.094,81	5,22%
E	HAZA CONSTRUÇÕES DE EDIFICIOS LTDA - EPP	428.383,70	4,89%
F	M J RESTAURANTES LTDA - EPP	374.520,22	4,28%
G	COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LIMITADA	312.092,31	3,56%
H	DEMAIS	3.116.760,78	35,59%
TOTAL		8.756.959,69	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018

Tabela 15 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 150224

		30/06/2018	AV(%)
A	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	362.383,22	18,64%
B	MAQUET DO BRASIL EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	316.344,00	16,27%
C	J A S LOUREIRO & CIA LTDA	217.458,39	11,19%
D	GREINER BIO-LINE BRASIL PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LT	128.104,44	6,59%
E	CENTRAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	97.858,76	5,03%
F	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	71.472,10	3,68%
G	ANDREI CARLOS BARROSO MUNIZ EIRELI - EPP	67.243,79	3,46%
H	DEMAIS	683.188,07	35,14%
TOTAL		1.994.052,77	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018

Salientamos que o principal Fornecedor da UG 154039 é a empresa TECON, referente ao contrato 30/2012 conforme já mencionado acima. Assim como, o principal fornecedor da UG 150224 é a Empresa AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, que se refere a serviços de fornecimento de energia elétrica relativo ao exercício de 2016, onde seu pagamento encontra-se pendente por falta de recurso financeiro.

Ainda em relação aos fornecedores da UG 150224, apesar de não ser um dos destaques, porém mencionado em Notas Explicativas anteriores, a contadora desta UG relatou que a empresa C e C Serviços de Construção ainda continua sendo paga através de indenizações, referentes ao serviço de limpeza e conservação, bem como aos serviços de maqueiros. Tal situação está mais bem detalhada nas Notas Explicativas da Demonstração de Variação Patrimonial.

1.6.4 - Obrigações Contratuais

Em 30/06/2018, o Órgão FUAM (26270) apresentou um saldo em aberto de R\$ 69.763.397,94, relacionado com as obrigações contratuais, sendo o saldo das parcelas que serão executados nos próximos meses.

A seguir, apresenta-se a tabela 16, com os principais contratos do órgão, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

TABELA 16 – Obrigações Contratuais – Órgão 26270 – Valores em Execução

	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)
Aluguéis	54.686,17	218.774,41	-75,00%
Fornecimento de Bens	5.068.298,25	6.425.044,92	-21,12%
Empréstimos e Financiamentos			
Seguros			
Serviços	64.640.413,52	82.273.315,73	-21,43%
Demais			
Total	69.763.397,94	88.917.135,06	-21,54%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

As obrigações contratuais relacionadas na Tabela 16, por tipo de classificação, representam na maioria os contratos de serviços por 92,66% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 30/06/2018.

Quanto ao saldo remanescente de alguns contratos de serviços presentes na conta de controle existentes na UG 154039 citados nas Notas Explicativas do trimestre passado, o setor responsável já iniciou o processo de regularização dos citados saldos, porém ainda não finalizaram.

Vale ainda salientar que, sobre os saldos de alguns contratos presentes nas contas de controle, a UG 150224 informou:

- A conta de controle de contratos de Aluguéis em Execução consta apenas o contratado Adastrea Cunha e Silva Meirelles referente ao aluguel do imóvel na Av. Ayrão, o qual atendia às necessidades da Gerencia de Ensino e Pesquisa, hoje ocupando o 3º andar do prédio do Hospital, estando, portanto em andamento a rescisão com a contratada acima citada.
- Em relação à Conta de Contratos de Bens em execução, a empresa G. H. Macário é o contrato de maior montante. Trata-se de Dispensa de Licitação referente ao fornecimento de alimentação cujo vencimento é em 23/10/2018. Quanto à Diagnocel Comércio e Representações Ltda, seu saldo na conta de contratos foi baixado em 12/07/2018, haja visto ter sua vigência expirada.
- Os saldos dos contratos J A S Loureiro, Greiner Bio-One Brasil e Sociedade Fogás Ltda, conforme memorando 050/2018-ULD-HUGV-Ufam, estão sendo conciliados para posterior baixa de qualquer saldo remanescente.

- A Unidade Operacional está fazendo apuração de possível despesa realizada dentro da vigência do contrato referente os contratados: SANE MAXI COMÉRCIO E SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGAS e DRAGER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, conforme memorando 050/2018-ULDHUGV- Ufam.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 17, relacionando-se os saldos das Obrigações Contratuais por Unidades Gestoras (154039 e 150224), vinculadas ao Órgão 26270 na data base de 30/06/2018.

Tabela 17 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

Órgão 26270	30/06/2018	AV (%)
Unidade Gestora 154039	55.923.295,68	80,16%
Unidade Gestora 150224	13.840.102,26	19,84%
Total	69.763.397,94	100%

Fonte: SIAFI, 2018.

Entre as Unidades Gestoras que estão vinculadas ao órgão 26270, observa-se que a UG 154039 responde por 80,16% do total contratado.

Em seguida, apresenta-se a Tabela 18, relacionando-se os saldos dos contratos mais representativos vinculadas ao Órgão 26270 na data base de 30/06/2018.

Tabela 18 - Obrigações Contratuais – Órgão 26270 Por Contratado

	30/06/2018	AV (%)
TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUCOES LTDA	9.000.869,75	12,90%
ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E PROTEÇÃO INDIVIDUAL	4.343.011,45	6,23%
M J RESTAURANTES LTDA – EPP	4.367.869,60	6,26%
FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	5.197.097,02	7,45%
LS - SERVIÇOS DE LAVANDERIA LTDA-ME	3.257.851,75	4,67%
GLOBALSERVICE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	2.890.702,56	4,14%
OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZÔNIA LIMITADA – ME	2.312.533,03	3,31%
DEMAIS	38.393.462,78	55,03%
Total	69.763.397,94	100%

Fonte: SIAFI, 2018

Em relação aos 7 (sete) contratados mencionados acima na Tabela 18, os quais representam 49,63% do total a ser pago pelo Órgão 26270 com relação as obrigações contratuais, apresentamos o resumo das principais transações:

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA	Obra de construção do Hospital Universitário HUGV	R\$ 105.905.487,00	9.000.869,75	01/04/2020
ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL	Referente a nove contratos, englobando os serviços de limpeza e apoio em Manaus e em unidades dos interiores.	R\$ 15.737.456,76	4.343.011,45	30/09/2018 12/10/2018
M J RESTAURANTES LTDA	Alimentação (almoço, jantar e desjejum) – CAPITAL.	R\$ 8.812.800,00	4.367.869,60	01/03/2019
FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	Gerenciamento administrativo e financeiro do projeto intitulado Programa de Qualificação de Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento.	R\$ 4.299.127,68	5.197.097,02 (Contrato 48/2017 + demais contratos do fornecedor)	28/12/2019
LS - SERVIÇOS DE LAVANDERIA	Serviço de lavanderia hospitalar.	R\$ 3.705.021,00	3.257.851,75	09/12/2018
GLOBALSERVICE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	Empresa especializada para a prestação de vigilância armada, motorizada, para as diversas unidades da FUA localizadas em Manaus	R\$ 3.770.481,60	2.890.702,56	15/10/2018
OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA LIMITADA – ME	Referente a dois contratos, englobando os serviços de agenciamento de passagens e hospedagens.	R\$ 4.807.785,89	2.312.533,03	01/07/2019 18/04/2019

O principal valor do grupo de obrigações do Órgão 26270 refere-se ao contratado TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA, Contrato 30/2012, e trata-se da execução da obra de construção do novo prédio do Hospital Universitário Getúlio Vargas, por intermédio da Concorrência nº 30/2012, cujo prazo de execução é 22/05/2018, porém teve sua vigência prorrogada até 01/04/2020, ou seja, extrapolando os limites dispostos na Lei 8.666/93 que determina em seu art. 57 que os contratos administrativos não podem ultrapassar o período de 60 meses, sendo prorrogados por mais 12 meses em caráter excepcional.

Por meio do Memorando de nº 263/2018, a Coordenação de Contabilidade/DEFIN deu ciência à Pro-Reitoria de Administração que justificou que o prazo da obra se estendeu em razão de "aumento da quantidade de serviços inicialmente previstos no contrato, bem como a necessidade de adequação de serviços, como a construção da cortina de concreto para proteger os prédios próximos da área de escavação no Novo Hugv, de modo a resguardar o interesse público (Art. 57, par. 1, IV, da Lei 8.666/93)", cf. parecer da PFFUA n. 00018/2018/CONSU/PFFUA/PGF/AGU.

O segundo valor do grupo de obrigações do Órgão 26270 refere-se à Contratada ADAP COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, que trata de 09 contratos, recentemente prorrogados, que atendem o Campus da Capital e os Campi do Interior, sendo todos pertencentes à UG 154039, conforme segue:

- ✓ 07 (sete) contratos de conservação e limpeza (Contratos nº 32/2014, 60/2014, 62/2014, 63/2014, 64/2014, 65/2014 e 66/2014);
- ✓ 02 (dois) contratos de apoio e limpeza (Contratos nº 27/14 e 35/14).

O terceiro valor do grupo de obrigações contratuais do Órgão 26270 refere-se ao contratado M J RESTAURANTES LTDA - EPP, Contrato 18/2017, e trata-se do preparo e fornecimento de alimentação (café, almoço e jantar) destinada à comunidade universitária nos setores Norte e Sul do Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho na capital Manaus/AM.

O quarto valor do grupo se refere ao Fornecedor FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES, principalmente pelo Contrato 48/2017, que trata do projeto “Programa de Qualificação de Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento”, com vigência a partir de 28/12/2017 e término da execução em 28/12/2019.

Abaixo as Tabelas 19 e 20, com os principais valores dos grupos das obrigações contratadas por Unidade Gestora (154039 e 150224).

Tabela 19 - Obrigações Contratuais – UG 154039 Por Contratado

	30/06/2018	AV (%)
TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA	9.000.869,75	16,10%
FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	5.197.097,02	9,30%
M J RESTAURANTES LTDA - EPP	4.367.869,60	7,81%
ADAP COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	4.343.011,45	7,77%
GLOBALSERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA	2.890.702,56	5,17%
OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA LIMITADA - ME	2.312.533,03	4,14%
S BEZERRA GUIMARAES MATOS E CIA LTDA - ME	2.234.747,82	4,00%
DEMAIS	25.556.778,28	45,72%
Total	55.903.609,51	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018

Tabela 20 - Obrigações Contratuais – UG 150224 Por Contratado

	30/06/2018	AV (%)
LS - SERVIÇOS DE LAVANDERIA LTDA – ME	3.257.851,75	37,29%

C & C SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA	1.926.100,34	22,05%
SERVIS SEGURANCA LTDA	1.684.888,57	19,28%
CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTD	961.866,46	11,01%
LIMPAMAI S SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - EPP	290.799,00	3,33%
VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA	225.631,42	2,58%
LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOLOGIA - LA	140.401,25	1,61%
DEMAIS	249.265,22	2,85%
Total	8.736.804,01	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018

Nas Tabelas 19 e 20, relaciona-se o contratado mais significativo e o saldo a executar por Unidade Gestora, na data base de 30/06/2018, conforme segue:

- ✓ UG 154039: o principal valor do grupo obrigações contratuais da UG 154039, refere-se ao Fornecedor “TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA”, o qual é também o principal na lista do Órgão 26270, evidenciado na Tabela 18, devidamente descrito acima;
- ✓ UG 150224: o principal valor do grupo obrigações contratuais da UG 150224 refere-se ao Fornecedor “LS – SERVIÇOS DE LAVANDERIA LTDA - ME”, o qual é também o quinto principal valor na lista do Órgão 26270, evidenciado na Tabela 18, devidamente descrito acima. Trata-se do Contrato 25/2017, cujo objeto é a prestação de serviços contínuos de lavanderia, com locação de enxoval com vigência a partir de 10/12/2017. Segundo informado pela UG 150224, consta rescisão unilateral do contrato 025/2017 em 09/04/2018, com data de publicação em 17/05/2018, conforme consulta Siasg (Consulta Evento Contrato). O saldo deste contrato era o de maior representatividade dentro da conta de Contratos de Serviços em Execução na ordem de 37,29% e foi devidamente baixado em 12/07/2018, restando um valor de R\$ 38.066,75 que aguarda apresentação de nota fiscal referente a dias de prestação de serviço pendente de pagamento;
- ✓ SERVIS SEGURANÇA LTDA: contrato 006/2017 serviço de segurança desarmada e segurança patrimonial é o terceiro maior montante na conta de contrato de execução de serviços. O contrato de vigilância anterior VISAM VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA LTDA 015/2013, cujo Termo Aditivo teve término em 28/05/2018 e teve o saldo da conta baixado no valor de R\$ 87.007,44. O saldo remanescente aguarda a emissão de notas fiscais referentes a dois períodos, a saber abril e maio de 2018;

Em relação aos processos da UG 150224 que vêm sendo pagos mediante procedimento

indenizatório são apresentadas as seguintes considerações:

- ✓ C&C Serviços de Construção Ltda que possui representatividade de 22,05% no segundo trimestre de 2018, é o contrato com o segundo maior saldo na conta de Contratos de Serviços em Execução. Com este fornecedor o HUGV celebrou contratos de Maqueiros, Limpeza e Conservação e Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos. Segundo a UG 150224, todos os contratos encontram-se com vigência expirada. Conforme memorando recebido da ULD – Unidade de Liquidação da Despesa, a baixa do saldo constata neste contrato será feita após conciliação aprofundada da conta, haja vista possuir contratos distintos, maiores detalhes no anexo de Demonstração de Variação Patrimonial;
- ✓ O processo referente Maqueiros encontra-se em fase de aceitação (Pregão Eletrônico nº 22/2018).
- ✓ Processo de Lavanderia Hospitalar; em fase de análise do Termo de Referência para elaboração de minuta de edital do Pregão Eletrônico. Foi formalizado contrato nº 10/2018, Dispensa de Licitação nº 015/2018 referente tal serviço pelo período de 180 (cento e oitenta dias);
- ✓ Processo que trata da manutenção preventiva e corretiva de equipamentos – Engenharia Clínica- consta em fase de elaboração dos estudos preliminares pela equipe de planejamento da contratação;
- ✓ Processo que trata do Serviço de Limpeza está em análise do Termo de Referência, visto que foram constatadas divergências na produtividade;
- ✓ O processo que trata do aluguel do prédio ocupado para o almoxarifado será readequado para contemplar recomendações jurídicas.

2. Resultados da Análise dos Índices da Demonstração das Variações Patrimoniais

2.1 – Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	445.979.513,06	440.724.946,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições		
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	1.965.752,25	1.741.832,34
	31.023,24	880,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Venda de Mercadorias	1.934.729,01	1.740.952,34
Vendas de Produtos	995.146,06	2.453.439,74
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	317,99	487,80
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	994.828,07	2.452.931,94
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	20,00
Aportes do Banco Central	442.695.825,35	421.002.312,70
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	442.568.979,50	420.689.998,55
Transferências e Delegações Recebidas		
Transferências Intragovernamentais	-	272.319,81
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	126.845,85	39.994,34
Transferências do Exterior	79.990,06	2.524.944,40
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,46	762.366,68
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		
Reavaliação de Ativos	79.989,60	1.762.577,72
Ganhos com Alienação	242.799,34	13.002.417,39
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	242.799,34	13.002.417,39
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	436.574.880,37	400.361.123,03
Pessoal e Encargos	244.650.731,39	220.960.406,65
Remuneração a Pessoal	187.329.044,10	171.260.632,70
Encargos Patronais	41.780.562,53	34.469.190,87
Benefícios a Pessoal	15.541.124,76	15.230.583,08
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	79.885.329,89	72.709.693,67
Aposentadorias e Reformas	67.976.791,99	60.897.643,14
Pensões	11.778.384,01	11.645.381,98
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	130.153,89	166.668,55
Políticas Públicas de Transferência de Renda	51.245.391,11	57.603.690,13
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.325.732,44	8.112.810,95
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	41.409.830,05	49.148.901,67
Uso de Material de Consumo	509.828,62	341.977,51
Serviços	153.371,90	117.414,08
Depreciação, Amortização e Exaustão	129.231,60	113.984,20
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	24.140,30	3.429,88
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	44.353.060,27	39.998.647,21
Descontos Financeiros Concedidos	44.347.949,30	39.998.647,21
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	5.110,97	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	2.764.077,16	991.711,72
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	2.763.981,16	991.711,72
Outras Transferências e Delegações Concedidas	96,00	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Tributárias	839.301,71	840.178,93
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.226,43	17.473,95
Contribuições	825.075,28	822.704,98
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	12.683.616,94	7.139.380,64
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	7.376.207,43	7.138.130,64
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5.307.409,51	1.250,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	9.404.632,69	40.363.823,54

2.2 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras, como: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

Em análise do grupo de contas de VPA VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS, pode-se observar um decréscimo de -59,44% no 2º trimestre de 2018 (R\$ 995.146,06) quando comparado com o 2º trimestre de 2017 (R\$ 2.453.439,74), variação esta, que se deve principalmente à movimentação da conta de VPA - REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS realizada em Fev/2017 no valor de R\$ 1.757.824,39 referente a Adiantamentos de Transferências Voluntárias, feito através de autorização de uso de rendimentos da aplicação financeira do recurso do Convênio sob nº 03/2010 (750009/2010 SICONV) cujo objeto consiste na execução do projeto "Parque Tecnológico para Inclusão Social, Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica" citado nas Notas Explicativas do Balanço Patrimonial, item: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

Tabela 21 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	AH(%)
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	995.146,06	2.453.439,74	-
Total	995.146,06	2.453.439,74	-59,44%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.3 - Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos

Registra a contrapartida da Incorporação de outros novos Ativos e a contrapartida da Desincorporação de Passivos, inclusive as baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar. Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).

Em análise do grupo de contas de VPA VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS, pode-se observar que no 2º trimestre de 2018 a conta estava com um saldo de R\$ 79.990,06, enquanto no 2º trimestre de 2017 contava com um saldo de R\$ 2.524.944,40, gerando uma redução na variação horizontal de -96,83%, que em sua maioria deve-se à movimentação na Conta Contábil GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS, que:

No 2º trimestre de 2018 se deve a Ganhos com Desincorporação de Passivos no valor de R\$ 79.989,60, que foi registrada em sua totalidade na UG 154039/15256 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS.

No 2º Trimestre de 2017, o saldo de R\$1.762.577,72 movimentado na conta se deu devido principalmente à baixa de ISF P, ref. a passivos não devidos que não foram baixados em tempo hábil, sendo baixados no 2º Trimestre de 2017 conforme orientação da SPO/MEC, dividindo-se por UG da

seguinte forma:

- ✓ UG 154039 (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS) totalizando R\$ 1.202.130,99, e;
- ✓ UG 150224 (HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GETULIO VARGAS), totalizando R\$ 560.446,73.

Outra conta que refletiu essa redução foi a de OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVO que em 30/06/2017 contava com o saldo de R\$ 762.366,68, referentes a registros de imóveis no SPIUNET que ainda não tinham sido registrados na época, e que não teve registros no 2º Trimestre de 2018.

Tabela 22 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	AH(%)
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	79.990,06	2.524.944,40	-
Total	79.990,06	2.524.944,40	-96,83%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.4 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das Demais Variações Patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

Em análise ao Grupo de Contas DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS, pode-se observar um decréscimo de 98,13% no 2º trimestre de 2018 (R\$ 242.799,34) quando comparado com o 2º trimestre de 2017 (R\$ 13.002.417,39). Este saldo do 2º Trimestre de 2017 deve-se à movimentação observada na Conta Contábil RESTITUIÇÕES que se refere a uma devolução de saldo remanescente de Convênio, no valor de R\$ 12.636.908,01, cujo objeto consiste na execução do projeto "Parque Tecnológico para Inclusão Social, Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica" citado nas Notas Explicativas do Balanço Patrimonial, item: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

O saldo do 2º Trimestre de 2018 (R\$ 242.799,34) se deve em grande parte também a devoluções de recursos de Convênio pela Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - UNISOL.

Tabela 23 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	AH(%)
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	242.799,34	13.002.417,39	-
Total	242.799,34	13.002.417,39	-98,13%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.5 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Em análise do Grupo de contas de VPD VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS, pode-se observar uma variação horizontal de 30,62% no 2º trimestre de 2018 (R\$ 153.371,90), quando comparado com o 2º trimestre de 2017 (R\$ 117.414,08),

O saldo do 2º Trimestre de 2018 se deve à movimentação nos Grupos de Contas MULTAS INDEDUTIVEIS que finalizou o trimestre com um saldo de R\$ 128.752,21 referente a pagamento de multa por atraso no envio da GFIP competência 2013, e de DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS com um saldo de R\$ 24.140,30.

Informamos que foi encaminhado por esta Coordenação de Contabilidade, o Memorando nº 179/2018 à Administração Superior para que seja apurada a responsabilidade pelo atraso do envio da Declaração que gerou esta multa.

Tabela 24 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	AH(%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	153.371,90	117.414,08	-
Total	153.371,90	117.414,08	30,62%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.6 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação De Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, com provisões para perdas, perdas com alienação e perdas involuntárias, bem como registra a variação patrimonial diminutiva decorrente da incorporação de passivos.

Em análise do grupo de conta de DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS, pode-se observar uma variação horizontal de 178,72% no 2º trimestre de 2018 (R\$ 2.764.077,16), quando comparado com o 2º trimestre de 2017 (R\$ 991.711,72). Os valores de maior representatividade correspondem às movimentações na conta de INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS, conforme discriminado mais abaixo:

Tabela 25 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	AH(%)
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.764.077,16	991.711,72	-
Total	2.764.077,16	991.711,72	178,72%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.6.1 Incorporação de Passivos

Em análise da conta de INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS, observamos um acréscimo de 179,41% no 2º trimestre de 2018 (R\$ 2.737.708,16), quando comparado com o 2º trimestre de 2017 (R\$ 989.208,77). Os valores de maior representatividade correspondem, a reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores, que pertencem a UG 154039 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. Os valores de reconhecimento de dívida de maior representatividade acumulados até 30/06/2018 são os seguintes:

- R\$ 496.024,38 - AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
- R\$ 1.271.216,9 - ADAP SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.
- RS 231.115,64 - J J BARROSO LTDA - ME.

Tal aumento se deve principalmente à falta de previsão das despesas contratuais referentes ao final do exercício de 2017. Dessa forma, a gestão precisou utilizar o orçamento de 2018 para reconhecer as dívidas referentes ao ano anterior.

Tabela 25.1 – Incorporação de Passivos

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	AH(%)
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.737.708,16	989.208,77	-
Total	2.737.708,16	989.208,77	179,41%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.6.2 Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende as variações patrimoniais diminutivas não classificada em itens específicos.

Em análise da conta DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS, pode-se observar uma variação horizontal de 424.492,76% no 2º trimestre de 2018 (R\$ 5.307.409,51), quando comparado com o 2º trimestre de 2017 (R\$ 1.250,00), que se deve à movimentação no Grupo de Contas INDENIZACOES que pode ser detalhada da seguinte forma:

No 2º Trimestre de 2017 a conta de INDENIZACOES, apresentava um saldo de R\$ 440,00, se deve principalmente à reembolso da taxa ref. processo de revalidação de diploma de estrangeiros a Yonys Rolando Quijada Dos Santos Teixeira.

No 2º Trimestre de 2018, a mesma conta finalizou o exercício com um saldo de 5.306.769,51, que se divide por UG da seguinte forma:

- 150224/15256 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS: R\$ 1.811.870,31, que se deve principalmente à indenizações pelos serviços prestados pelos fornecedores:
 - ✓ 63653828/0001-69 - C E C Serviços de Construção - LTDA, na execução de Serviços de limpeza, conservação, higiene e serviços de apoio às atividades hospitalares (maqueiros);
 - ✓ 02182167/0001-46 - G.H Macario Bento, referente ao fornecimento de alimentação balanceada nutricionalmente e transportada para as dependências do HUGV;
 - ✓ 17278134/0001-71 - A S de Brito Comercio de Tintas e Serviços, referente ao serviço de processamento de roupas hospitalares.

A contadora da UG 150224 encaminhou as seguintes providências nas Notas Explicativas do HUGV do 2º trimestre de 2018:

Conforme memorando nº 169/2018-UCONT/HUGV-Ufam, a empresa G.H. MACÁRIO BENTO teve o processo deflagrado em 09/02/2018, tendo em vista que a empresa NUTRANA LTDA mostrou interesse em prestar serviços até a data limite de 24/02/2018. Em 28/03/2018 foi emitido o Parecer PFFUA/AGU, autorizando a formalização da Dispensa em Caráter Emergencial, tendo sido emitido o empenho em 26/04/2018, data da formalização do contrato 06/2018. Quanto aos serviços de lavanderia com a empresa A. S. DE BRITO COM. E SERV., foi deflagrado na data de 12/03/2018 a Dispensa de Licitação em caráter emergencial, considerando o processo de rescisão do Contrato nº 025/2017 firmado com a empresa LS SERVIÇOS DE LAVANDERIA em 09/04/2018. O empenho foi gerado em 02/07/2018, data da formalização do Contrato nº 10/2018. O processo de limpeza está em análise do Termo de Referência e o que trata de serviço de maqueiros está em fase de aceitação de propostas (pregão 22/2018).

- 154039/15256 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS: R\$ 3.494.899,20, que se deve na proporção de 85,54% desse valor total, à indenização para a empresa 84.526.045/0001-94 - Globalservice Vigilância e Segurança - LTDA pelos serviços prestados de vigilância nos meses de Jan, Fev, Mar e Abr/2018.

Com relação aos pagamentos feitos por indenização a Globalservice Vigilância e Segurança - LTDA, referente a serviços prestados de vigilância, se justifica pelo fato da suspensão do Pregão Eletrônico nº 01/2018 para atendimento do despacho emitido pelo TCU (Acórdão nº 379/2018 - TCU / Plenário Processo nº 004.780/2018-3) a respeito de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico citado. Por se tratar de serviço essencial, sua interrupção ou descontinuidade poderá causar prejuízos às atividades fins da UFAM e ao interesse público, conforme justificativa documentada pela Prefeitura do Campus desta Universidade, através do MEMO nº 047/2018 - CTIDLMA-PCU.

Diante do exposto, foi providenciada a dispensa de licitação nº 006/2018 com a formalização do contrato emergencial nº 007/2018 com urgência por 6 (seis) meses, de 19/04/2018 a

15/10/2018, para que haja cobertura contratual.

Conforme informações atualizadas do Departamento de Contratos e Convênios, já está em fase de formalização do Contrato referente ao Pregão de nº 001/2018-CPL/PCU para a regularização da prestação do serviço de segurança e vigilância com a empresa Amazon Security Ltda.

Outrossim identificamos durante a análise das notas explicativas outros casos de despesas sendo pagas sem cobertura contratual. Informamos ainda que o Departamento Financeiro já documentou a Administração Superior através dos Memorandos 061/2018, 099/2018, 144/2018 e 212/2018, informando do grande montante de indenizações (sem cobertura contratual) que estão sendo pagas neste exercício de 2018, sugerindo que sejam evitados tais pagamentos.

Tabela 25.2 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	AH(%)
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.307.409,51	1.250,00	-
Total	5.307.409,51	1.250,00	424.492,76%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

3 - Resultados da Análise dos Índices do Balanço Orçamentário

3.1 - Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	6.030.094,00	6.030.094,00	3.004.729,83	-3.025.364,17
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	1.473.927,00	1.473.927,00	1.115.286,11	-358.640,89
Receita Patrimonial	771.204,00	771.204,00	120.458,04	-650.745,96
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	702.723,00	702.723,00	994.828,07	292.105,07
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível			31.023,24	31.023,24
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais	4.339.698,00	4.339.698,00	1.785.198,97	-2.554.499,03
Receita Agropecuária	4.339.698,00	4.339.698,00	1.785.198,97	-2.554.499,03
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				-143.247,49
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	216.469,00	216.469,00	73.221,51	-203.269,91
Serviços e Atividades Financeiras	216.469,00	216.469,00	13.199,09	60.022,42
Outros Serviços			60.022,42	
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social			-	-
Resultado do Banco Central do Brasil			-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional			-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional			-	-
Demais Receitas de Capital			-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS	6.030.094,00	6.030.094,00	3.004.729,83	-3.025.364,17
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito - Mercado Interno			-	-
Mobiliária			-	-
Contratual			-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo			-	-
Mobiliária			-	-
Contratual			-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	6.030.094,00	6.030.094,00	3.004.729,83	-3.025.364,17
DEFICIT			612.713.135,44	612.713.135,44
TOTAL	6.030.094,00	6.030.094,00	615.717.865,27	609.687.771,27
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro			-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação			-	-
Créditos Cancelados Líquidos			-	-
Créditos Adicionais Reabertos			-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	724.351.349,00	820.499.426,00	605.789.850,84	371.304.326,24	363.239.577,28	214.709.575,16
Pessoal e Encargos Sociais	586.918.443,00	681.863.426,00	503.449.821,18	306.905.768,70	306.905.768,70	178.413.604,82
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	137.432.906,00	138.636.000,00	102.340.029,66	64.398.557,54	56.333.808,58	36.295.970,34
DESPESAS DE CAPITAL	8.208.768,00	8.208.768,00	9.928.014,43	5.941.477,50	2.542.628,46	-1.719.246,43
Investimentos	8.208.768,00	8.208.768,00	9.928.014,43	5.941.477,50	2.542.628,46	-1.719.246,43
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	732.560.117,00	828.708.194,00	615.717.865,27	377.245.803,74	365.782.205,74	212.990.328,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	732.560.117,00	828.708.194,00	615.717.865,27	377.245.803,74	365.782.205,74	212.990.328,73
TOTAL	732.560.117,00	828.708.194,00	615.717.865,27	377.245.803,74	365.782.205,74	212.990.328,73

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	7.461.926,84	28.751.263,59	21.862.374,94	20.199.732,84	4.387.794,09	11.625.663,50
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7.461.926,84	28.751.263,59	21.862.374,94	20.199.732,84	4.387.794,09	11.625.663,50
DESPESAS DE CAPITAL	8.693.984,78	10.602.017,87	7.878.222,27	7.266.896,46	2.152.611,99	9.876.494,20
Investimentos	8.693.984,78	10.602.017,87	7.878.222,27	7.266.896,46	2.152.611,99	9.876.494,20
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	16.155.911,62	39.353.281,46	29.740.597,21	27.466.629,30	6.540.406,08	21.502.157,70

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	236.362,55	10.216.975,76	9.684.044,38	105.118,72	664.175,21
Pessoal e Encargos Sociais	-	165.188,28	165.188,28	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	236.362,55	10.051.787,48	9.518.856,10	105.118,72	664.175,21
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.159.005,49	1.159.005,49	-	-
Investimentos	-	1.159.005,49	1.159.005,49	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	236.362,55	11.375.981,25	10.843.049,87	105.118,72	664.175,21

3.2 - Balanço Orçamentário – Análise

Visão Geral

Balanço Orçamentário		Real/Exec	AV
Receitas Correntes		49,83%	100,00%
Receitas de Capital	#DIV/0!		0,00%
Total das Receitas		49,83%	100,00%
Despesas Correntes		73,83%	98,39%
Despesas de Capital		120,94%	1,61%
Total das Despesas		74,30%	100,00%
Superávit/(Déficit)		-	-

Balanço Orçamentário		Realização/Execução	
Receitas Correntes		3.004.729,83	
Receitas de Capital		-	
Total das Receitas		3.004.729,83	
Despesas Correntes		605.789.850,84	
Despesas de Capital		9.928.014,43	
Total das Despesas		615.717.865,27	
Superávit/(Déficit)		(612.713.135,44)	

Análise Vertical e da Realização/Execução

Maiores Realizações / Execuções

Posição	Receitas	Real.	AV
1	Valores Mobiliários	141,57%	33,11%
2	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	41,14%	59,41%
3	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	15,62%	4,01%
4	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6,10%	0,44%
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Posição	Despesas	Exec.	AV
1	Investimentos	120,94%	1,61%
2	Pessoal e Encargos Sociais	73,83%	81,77%
3	Outras Despesas Correntes	73,82%	16,62%
4			
5			

Menores Realizações / Execuções

Posição	Receitas	Real.	AV
1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6,10%	0,44%
2	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	15,62%	4,01%
3	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	41,14%	59,41%
4	Valores Mobiliários	141,57%	33,11%
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Posição	Despesas	Exec.	AV
1	Outras Despesas Correntes	73,82%	16,62%
2	Pessoal e Encargos Sociais	73,83%	81,77%
3	Investimentos	120,94%	1,61%
4			
5			

RPNP e RPP (Maiores Contribuições)

RPNP

Posição	Despesas	RPNP	RPP
1	Investimentos	40,15%	57,21%
2	Pessoal e Encargos Sociais	39,04%	0,00%
3	Outras Despesas Correntes	37,07%	12,52%
4	Juros e Encargos da Dívida	0,00%	0,00%
5			

RPP

Posição	Despesas	RPP	RPNP
1	Investimentos	57,21%	40,15%
2	Outras Despesas Correntes	12,52%	37,07%
3	Pessoal e Encargos Sociais	0,00%	39,04%
4			
5			

Análise da Receita por Categoria Econômica

Maiores Realizações / Execuções

Posição	Receitas Correntes	Real.	AV
1	Valores Mobiliários	141,47%	33,11%
2	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	41,14%	59,41%
3	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	15,62%	4,01%
4	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6,10%	0,44%
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Menores Realizações/Execuções

Posição	Receitas Correntes	Real.	AV
1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6,10%	0,44%
2	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	15,62%	4,01%
3	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	41,14%	59,41%
4	Valores Mobiliários	141,57%	33,11%
5			
6			
7			
8			
9			
10			

3.3 - Receitas Correntes

3.3.1 Receita de Serviços

Dentre as Receitas Correntes, as Receitas de Serviços do Órgão 26270 representa o percentual de 59,41% do total arrecadado nesse 2º trimestre de 2018, apesar do percentual de realização em torno de 41,14%. Um dos principais motivos da sua representatividade se deve a arrecadação referente às taxas de concursos pela realização de inscrições do Processo Seletivo do Interior de 2018 e cargo de Professor Substituto da UG 154039 no período de maio/2018 e também pela arrecadação de cessão de uso de espaço realizada pelo Banco do Brasil.

3.3.2 Receita Patrimonial

Ao analisar as Receitas Patrimoniais do Órgão 26270 no 2º trimestre de 2018, observamos que foi realizado o valor de R\$ 1.115.286,11, ou seja, cerca de 75,67% do previsto. Desse percentual, cerca de 89%, ou seja, R\$ 994.828,07 trata de remuneração de aplicações financeiras. Isso se deve ao fato do valor da devolução de R\$ 12.636.908,01 realizado pela FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES, por conta da rescisão do convênio 03/2010 (Parque Tecnológico para Inclusão Social) com a UG 154039, pela não execução do objeto, disponibilizado através de Termo de Execução Descentralizada, firmada entre MCTI, UFAM e Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões se encontra aplicado por opção da Administração da UFAM. Maiores detalhes nas Notas Explicativas do Balanço Patrimonial.

3.4 - Despesas Correntes

3.4.1 - Pessoal e Encargos Sociais

Ao analisar as Despesas Correntes - Pessoal e Encargos Sociais do Órgão 26270 no 2º trimestre de 2018, observamos que já foi realizado o valor de R\$ 503.449.821,18, ou seja, cerca de 73,83% do previsto. Esse elevado percentual de execução ainda no primeiro trimestre do ano é consequência de nossa política de controle financeiro no que tange à Folha de Pagamento, que objetiva empenhar os valores referentes à Folha ainda no início do ano, facilitando assim o controle orçamentário desta categoria de despesa.

3.4.2 - Outras Despesas Correntes

Ao analisar as "Despesas Correntes - Outras Despesas Correntes" do Órgão 26270 no 2º trimestre de 2018 observamos que já foi realizado o valor de R\$ 102.340.029,66, ou seja, cerca de 73,82% do previsto. Esse elevado percentual de execução ainda no segundo trimestre do ano de 2018 é um indicativo de que os valores da Dotação Inicial podem vir a ser insuficientes para atender as despesas da Instituição nessa categoria até o final do ano. Essa situação foi informada a Pró-Reitoria de Administração e Finanças através do Memorando nº 272/2018 para as devidas providências, porém até o fechamento desse relatório não obtivemos resposta. Ainda sobre este grupo, na UG 150224 (HUGV), vale destacar que as despesas empenhadas correspondem a 474,07% da dotação atualizada, o que em parte se justifica devido aos repasses, ainda que de forma

eventual, pelo Rehuf, parceria entre o Ministério da Educação e Fundo Nacional de Saúde para reestruturação dos Hospitais Universitários, permitindo a manutenção de parte das despesas da unidade.

3.5 Despesas de Capital

3.5.1 Investimentos

Ao analisar as "Despesas de Capital - Investimentos" do Órgão 26270 no 2º trimestre de 2018 observamos que já foi realizado o valor de R\$ 9.928.014,43, ou seja, 120,94% do previsto. Esse elevado percentual de execução se deve ao valor de R\$ 4.167.273,16 das despesas empenhadas serem decorrentes de descentralizações. Do valor de R\$ 3.240.108,07 descentralizado para a UG 154039, R\$ 2.645.864,41 foi para a execução do Contrato 30/2012 cujo objeto é a obra do Hospital Getúlio Vargas através do TED nº 7309 cuja concedente é a Secretária de Ensino Superior/MEC. O restante no valor de R\$ 594.243,66 se refere à construção do laboratório de inventário e mensuração florestal (casa do carbono) através do TED nº 07/2017 do Serviço Florestal Brasileiro (SFB). O valor de R\$ 927.165,09 descentralizado para a UG 150224 se refere às despesas com material permanente, recebidas pelo programa Rehuf (Reestruturação de Hospitais Universitários Federais) através do Mec (Ministério da Educação), Plano de trabalho 3932 e pelo Ministério da Saúde (Portaria 1043).

3.6 - Anexos

3.6.1 Anexo – Execução Orçamentária de Restos a Pagar

Em 30/06/2018, o Órgão FUAM (26270) apresentou um saldo em aberto de R\$ 22.166.332,91, relacionados com Restos a Pagar processados e não processados.

A seguir, apresentam-se as Tabelas 27 e 28, com os saldos de Restos a pagar no segundo trimestre de 2017 e segundo trimestre de 2018.

Tabela 26 - Restos a pagar não processado - Órgão 26270

ÓRGÃO : 26270			
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS			
DESCRIÇÃO	30/06/2018	30/06/2017	AH
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	27.466.629,30	39.005.927,41	-29,58%
RP NÃO PROCESSADOS -LIQUIDADOS A PAGAR	2.273.967,91	3.557.228,13	-36,07%
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR EM LIQUIDAÇÃO	80.025,00	11.580,16	591,05%
RP NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	6.540.406,08	2.774.203,91	135,76%
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	18.939.709,41	28.755.238,32	-34,13%
RP NÃO PROCESSADOS BLOQUEADOS	208.455,38	156.334,09	33,34%
TOTAL DA EXEC. DE RP NÃO PROCESSADOS	55.509.193,08	74.260.512,02	-25,25%

Fonte: SIAFI, 2018, 2017

Tabela 27 - Restos a pagar processado - Órgão 26270

ÓRGÃO : 26270			
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS			
DESCRIÇÃO	30/06/2018	30/06/2017	AH
RP PROCESSADOS PAGOS	10.843.049,87	2.792.234,19	288,33%
RP PROCESSADOS - NÃO PAGOS	664.175,21	253.624,13	161,87%
RP PROCESSADOS CANCELADOS	105.118,72	587.196,89	-82,10%
TOTAL DA EXEC. DE RP PROCESSADOS	11.612.343,80	3.633.055,21	219,63%

Fonte: SIAFI, 2018, 2017

Observa-se que o total dos valores de restos a pagar não processados apresenta uma redução total de 25,25% em 30/06/2018, quando comparados com 30/06/2017. Isso se deve ao fato de maiores valores de restos a pagar não processados terem sido inscritos no exercício de 2016, decorrentes da maior disponibilidade de recursos orçamentários para a cobertura principalmente de obras através da matriz Andifes, Reuni e Emendas Parlamentares, assim como material permanente.

Na UG 150224 (HUGV), o valor de R\$ 80.025,00 relativos a Restos a Pagar não processados a liquidar em liquidação refere-se à despesa com material de consumo, Pregão 03/2016, Contrato 09/2016 cuja vigência foi de 18/04/2016 a 17/04/2017.

Em 29/06/2017, foi emitida a NF-e 2366, com atesto de recebimento de material pelo almoxarifado no dia 07/07/2017.

A contadora da UG 150224 informou que devido à emissão da nota fiscal e a entrega do produto terem sido efetuados após a vigência do contrato, mas com empenho emitido dentro da vigência do mesmo, a Unidade de Liquidação à época encaminhou o Memorando nº 068/2017 – ULD/SOF/HUGV datado de 19/07/2017 para apreciação e orientação da Divisão de Administração Financeira – DAF acerca do assunto, provisoriamente o titular da Unidade de Liquidação resolveu registrar o valor como “em liquidação”.

Como últimos encaminhados, a UG 150224 providenciou a recomposição de um novo processo e caso haja disponibilidade financeira, será efetuado pagamento ao fornecedor nos próximos 30 dias.

Ao analisar os restos a pagar não processados cancelados verificamos que estes apresentaram um aumento expressivo, ao se comparar os segundos trimestres de 2017 e 2018, em torno de 135,76%. Isso se deve ao fato de que no 1º trimestre do exercício de 2018 houve um grande esforço da atual Direção do Departamento Financeiro da UG 154039 em atender ao Ofício nº 12/2018/GAB/SPO/MEC, de 28 de fevereiro de 2018, o qual trata sobre a apresentação de justificativa relacionada à permanência de estoque de restos a pagar nesta instituição. Assim, foi solicitada das Unidades Solicitantes uma posição atual sobre a execução dos empenhos de restos a pagar pendentes, cancelando os que não têm mais previsão de ser entregue o material ou prestado o serviço, bem como foi providenciado o cancelamento de imediato dos restos a pagar não

processados referentes a diárias, folha de pagamento e ajuda de custo, resultando numa redução de aproximadamente 30% no montante de RP, comparando os valores de fevereiro de 2018 (R\$ 36.540.503,29) com março do mesmo ano (26.127.601,27).

Ressaltamos que a totalidade dos empenhos de anos anteriores a 2014 já ter sido cancelada no ano de 2016.

Em relação aos valores de restos a pagar não processados bloqueados, podemos ressaltar que a STN efetuou na data de 30 de junho de 2018, o bloqueio de três empenhos do exercício de 2016 da UG 154039. Em análise preliminar junto ao Setor de Contratos e Serviços, verificamos que até o momento não há justificativas para desbloqueios dos referidos empenhos.

Ocorreu aumento em 219,63% dos restos a pagar processados quando comparado o 2º trimestre de 2017 com o 2º trimestre de 2018. Tal aumento se deve principalmente aos empenhos de valores expressivos liquidados ao final do exercício de 2017 e que foram pagos no 1º trimestre de 2018.

Em relação aos valores de restos a pagar processados cancelados, ressaltamos que a redução total de 82,10% em 30/06/2018, quando comparados com 30/06/2017, se deve ao fato que no segundo trimestre de 2017 houve o cancelamento da liquidação no valor de R\$ 560.446,73, conforme 2017ns000430, como objeto de providências de regularização do pagamento efetuado de forma parcial no valor 193.806,55 que se refere ao serviço de assessoria pela Fundação de Apoio Unisol, entidade que apoia o HUGV fornecendo serviço de apoio para a área fim, conforme Contrato 08/2012.

Em relação à UG 154039, ainda não obtivemos resposta do posicionamento do Departamento de Material - DEMAT para cancelamento dos empenhos com valores irrisórios e reinscritos no final do exercício de 2017, solicitado através do Memorando nº 64/2018. Ressaltamos que a maioria das pendências já foi regularizada pela atual direção do Departamento Financeiro.

Diante das alterações promovidas pelo Decreto n 9.428/2018, de 28 de junho de 2018, no Decreto nº 93.872/86, que dispõe sobre despesas inscritas em restos a pagar não processados, os esforços devem ser continuados no sentido de minimizar os impactos das mudanças nas regras de bloqueio e cancelamento de Restos a Pagar Não Processados, pois a Mensagem 2018/0923566 da Setorial de Contabilidade/MEC informa que “os RPNP dos orçamentos de 2007 a 2016 que não forem liquidados até o final de 2019 serão automaticamente cancelados, em conformidade com o art. 3 do Decreto n 9.428/2018”.

A seguir a Tabela 29, com os saldos de Restos a Pagar no 2º trimestre de 2018 por Unidade Gestora Vinculadas ao Órgão.

Tabela 28 – Execução Orçament. Restos a Pagar– Por UG (154039/150224)

	30/06/2018	AV (%)
Órgão 26270 - UG 154039	16.639.684,51	75,07%
Órgão 26270 - UG 150224	5.526.648,40	24,93%
Total	22.166.332,91	100%

Fonte: SIAFI, 2018

Em análise a Tabela 29, observa-se que a UG 154039 possui 75,07% do total dos Restos a Pagar do Órgão, sendo 24,93% da UG 150224. Esse fato se justifica pela UG 154039 possuir uma estrutura de funcionamento bem maior que a do Hospital Universitário (UG 150224).

A seguir a Tabela 30, com os Restos a Pagar em 2º trimestre de 2018 por natureza da despesa:

Tabela 29 - Restos a Pagar - Por Classificação por Natureza de Despesa

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS									
GRUPO DE DESPESAS	INSCRITO	REINSCRITO	BLOQUEADOS	CANCELADOS	A PAGAR	A LIQUIDAR	PAGOS	SALDO	%
Pessoal e Encargos Sociais							4	165.188,28	1,42%
Outras Despesas Correntes				10	13		133	10.288.150,03	88,60%
Investimentos				0	0		6	1.159.005,49	9,98%
Inversões Financeiras									0%
TOTAL - Restos a Pagar Processados	0	0	0	10	13	0	143	11.612.343,80	100%
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS									
Pessoal e Encargos Sociais	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0%
Outras Despesas Correntes	1.003	333	2	277	61	477	693	36.178.407,05	65%
Investimentos	204	123	1	61	115	6	159	19.241.272,74	35%
Inversões Financeiras									0%
TOTAL - Restos a Pagar Não Processados	1.207	456	3	338	176	483	852	55.419.679,79	100%
TOTAIS - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS									
Pessoal e Encargos Sociais	0	0		0	0	0	4	165.188,28	0,25%
Outras Despesas Correntes	1.003	333		287	74	477	826	46.466.557,08	69,32%
Investimentos	204	123		61	115	6	165	20.400.278,23	30,43%
Inversões Financeiras	0	0		0	0	0	0	0	0,00%
TOTAL - Restos a Pagar Processados e Não Processados	1.207	456	0	348	189	483	995	67.032.023,59	100,00%

Observamos que os valores de Restos a Pagar Processados do órgão 26270 apresentam um saldo a pagar em 30/06/2018 de R\$ 664.175,21, sendo 68,25% da UG 150224 e 31,75% da UG 154039. Em relação à UG 154039, são referentes a 05 (sete) processos de despesas correntes, conforme segue:

- ✓ Empresa HITALO KLEBER RIBEIRO SILVA – ME, referentes ao Contrato nº 50/2013 de limpeza e conservação para os Campi do interior, encerrados no exercício de

2014. Os valores encontram-se pendentes devido a processos judiciais sobre ações trabalhistas que estão tramitando, sendo que os créditos poderão ser usados para quitar futuros débitos de ex-funcionários da empresa;

Em relação a UG 150224, a contadora do HUGV encaminhou as seguintes justificativas:

- 2016;

Com relação RP Processados ano 2016, os dois empenhos restantes desse exercício da Manaus Ambiental nos valores de R\$ 308,87 e R\$ 528,76 estão sendo implementadas medidas visando o cancelamento do saldo restante.

- 2017;

Com relação aos Restos a Pagar Processados inscritos em 2017 estão tomadas as providências:

- ✓ O maior valor de R\$ 386.627,15 referente ao Empenho 2017NE00029139 – Amazonas Distribuidora de Energia S/A e o Empenho 2017ne000175 da empresa C & C Serviços de Construção encontra-se com processo em revisão, em seguida será providenciado pagamento;
- ✓ Os três Empenhos (2017NE800250, 2017NE800552 e 2017NE800955) da empresa White Martins e Empenho da empresa (2017NE000175) D de Azevedo Flores - ME será providenciado o cancelamento;

Com relação aos valores de Restos a Pagar Não Processados, o Órgão 26270 apresenta um saldo a pagar em 30/06/2018 de R\$ 21.502.157,70 sendo que deste total, R\$ 2.273.967,91 referem-se a processos liquidados a pagar. Os maiores valores pendentes estão classificados em outras despesas correntes.

No caso da UG 154039, apresenta restos a pagar desde 2014 a 2017, restando no exercício de 2014 apenas oito (8) empenhos. Os valores mais relevantes de restos a pagar estão distribuídos da seguinte forma:

1.Despesas correntes: predominância de empenhos relacionados aos serviços de aquisição de passagens (Oca Viagens e Turismo LTDA) e serviço de gerenciamento de projetos (Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões).

2. Investimentos: os valores mais relevantes são de Obras.

Em ambos os casos, está em andamento um levantamento, junto as Unidades Solicitantes, conforme Memorando nº 64/2018 – DEFIN, para que se verifique se esses saldos ainda vão ser utilizados, principalmente os empenhos de 2014 que já apresentam um quantitativo reduzido. Tal informação foi inserida no Ofício n 167/2018/GR/UFAM como resposta a permanência de estoque de restos a pagar nesta instituição. Nesse sentido, informamos que os esforços serão intensificados diante das mudanças significativas nas regras de restos a pagar trazida pelo Decreto n 9.428/2018.

No caso da UG 150224, apresenta restos a pagar não processados desde 2016. Foi informado pela Contadora Responsável pela UG que os saldos mais representativos em Restos a pagar não processados seguem discriminados abaixo:

- **2016;**

Entre os empenhos de restos a pagar não processados inscritos em 2016, o mais relevante são os serviços de higienização e desinfecção no novo Prédio do HUGV para a empresa Limpamais Serviços de Limpeza Ltda. A situação encontra-se a mesma da descrita nas notas explicativas do trimestre anterior, ou seja, em análise da Gerência Administrativa, haja vista apresentar divergências em relação aos valores dos serviços a serem pagos. Houve entendimento com o fornecedor, desta forma, está sendo providenciado o pagamento.

Quanto aos demais valores, o setor responsável informa que estão sendo implementadas as providências no sentido de elidir estas pendências.

- **2017;**

Em relação aos RPNP a Liquidar inscritos em 2017 o valor com maior relevância é o valor de R\$ 1.270.000,00 referente a aquisição de tomógrafo (16 canais). Tal processo de aquisição se encontra suspenso, conforme ordem da Administração Superior do Hospital.

Quanto aos demais valores, o Setor Responsável pela Gestão Financeira que trata do assunto, informa do esforço junto os setores envolvidos no sentido de promover uma força tarefa com planos de ações que gerem efetivos impactos positivos na administração com o objetivo da redução dos saldos dos Restos a Pagar.

Em relação aos saldos irrisórios dos RPNP a Liquidar inscritos em 2017, estão sendo realizados procedimentos para baixa dos mesmos.

4-Resultados da Análise dos Índices do Balanço Financeiro

4.1 – Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	3.004.729,83	15.708.755,01	Despesas Orçamentárias	615.717.865,27	445.660.693,29
Ordinárias	-	59.729,76	Ordinárias	515.659.363,14	67.297.636,55
Vinculadas	3.028.970,13	15.652.455,13	Vinculadas	100.058.502,13	378.363.056,74
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.028.970,13	15.652.455,13	Educação	-	289.250.926,10
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-24.240,30	-3.429,88	Seguridade Social (Exceto RGPS)	87.954.816,39	86.464.182,06
			Operação de Crédito	287.057,90	136.419,98
			Doações	594.243,66	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	5.860.000,34	2.511.528,60
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	5.362.383,84	-
			Transferências Financeiras Concedidas	44.347.949,30	39.998.647,21
Transferências Financeiras Recebidas	442.513.266,80	420.689.998,55	Resultantes da Execução Orçamentária	40.983.611,29	39.667.175,05
Resultantes da Execução Orçamentária	407.014.665,15	379.133.006,99	Sub-repasse Concedido	40.983.611,29	39.637.333,11
Repasse Recebido	366.031.053,86	339.495.673,88	Repasse Devolvido	40.983.611,29	39.637.333,11
Sub-repasse Recebido	40.983.611,29	39.637.333,11	Independentes da Execução Orçamentária	-	29.841,94
Independentes da Execução Orçamentária	35.498.601,65	41.556.991,56	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	3.364.338,01	331.472,16
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	34.386.229,51	40.112.781,81	Demais Transferências Concedidas	2.990.558,36	271.742,40
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.112.372,14	1.444.209,75	Movimento de Saldos Patrimoniais	198.952,13	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	174.827,52	59.729,76
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
			Despesas Extraorçamentárias	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	250.311.920,40	114.043.654,32	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	11.463.598,00	16.192.110,94	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	38.423.390,19	41.966.381,04
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	238.472.061,53	97.559.142,59	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.843.049,87	2.792.234,19
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	143.805,37	289.897,84	Outros Pagamentos Extraorçamentários	113.711,02	39.005.927,41
Outros Recebimentos Extraorçamentários	232.455,50	2.502,95		-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.915,28	-		-	-
Arrecadação de Outra Unidade	174.827,52	-		-	-
Demais Recebimentos	55.712,70	2.502,95		-	-
Saldo do Exercício Anterior	31.013.524,44	12.273.736,64	Saldo para o Exercício Seguinte	28.354.236,71	35.090.422,98
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.013.524,44	12.273.736,64	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.354.236,71	35.090.422,98
TOTAL	726.843.441,47	562.716.144,52	TOTAL	726.843.441,47	562.716.144,52

4.2. - Ingressos

4.2.1 - Receitas Orçamentárias Vinculadas

Ao analisarmos as Receitas orçamentárias do Órgão 26270 no 2º trimestre de 2018, verificamos uma redução de 80,87% quando comparado com o mesmo período do ano de 2017. Essa diferença é consequência de uma devolução no 1º Trimestre de 2017 no valor de R\$ 12.636.908,01 realizada pela FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES, por conta da rescisão do convênio 03/2010 (Parque Tecnológico para Inclusão Social) pela não execução do objeto. Esta situação está melhor detalhada em nossa Revisão Analítica do Balanço Patrimonial no item Caixa e Equivalentes de Caixa.

Tabela 30 – Receitas Orçamentárias Vinculadas

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	AH(%)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS	3.004.729,83	15.708.755,01	-
Total	3.004.729,83	15.708.755,01	-80,87%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

4.2.2 Recebimento Extraorçamentário

Ao analisarmos os Recebimentos extraorçamentários do Órgão 26270 no 2º trimestre de 2018, verificamos um aumento de 119,49% quando comparado com o mesmo período do ano de 2017. Esse aumento é reflexo das inscrições de Restos a Pagar Não Processados (aumento de 144,44%) sendo melhor detalhadas nas Notas Explicativas de Restos a Pagar.

Tabela 31 – Recebimento Extraorçamentário

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	AH(%)
RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO	250.311.920,40	114.043.654,32	-
Total	250.311.920,40	114.043.654,32	119,49%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

4.3 Dispêndios

4.3.1 Despesas Orçamentárias - Transferências Financeiras Concedidas (Independentes da execução Orçamentária)

Ao analisarmos as “Transferências Financeiras Concedidas Independentes da execução Orçamentária” do Órgão 26270 no 2º trimestre de 2018, verificamos um acréscimo de 914,97% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Esse acréscimo é reflexo principalmente da movimentação da conta de TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA PGTO DE RP, que no 2º Trim/2017 tinha um saldo de R\$ 271.742,40, e que terminou o 2º Trim/2018 com um saldo de R\$ 2.990.558,36, que se deve principalmente a transferências de recursos financeiros ao HUGV, pela UG 154039 - UFAM, na sua maioria para pagamento das verbas trabalhistas do pessoal precarizado do Contrato 08/2012 com a UNISOL, cujo objeto é propiciar condições de suporte às ações do HUGV, que atualmente se encontra sem cobertura contratual. Maiores detalhes encontram-se nas notas explicativas - Anexo de Fornecedores.

Tabela 32 – Transferências Financeiras Concedidas (Indep. da execução Orçamentária)

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	AH(%)
Transferências Financeiras Concedidas - Independentes da execução Orçamentária	3.364.338,01	331.472,16	-
Total	3.364.338,01	331.472,16	914,97%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

4.3.2 Despesas Extraorçamentárias - Pagamento de Restos a Pagar Processados

Ao analisarmos as Despesas Extraorçamentárias de Restos a Pagar Processados pagos do Órgão 26270 no 2º trimestre de 2018 (R\$ 10.843.049,87), verificamos um acréscimo de 288,33% em comparação ao período anterior (R\$ 2.792.234,19).

Este valor do 2º Trimestre de 2018 se divide da seguinte forma por UG:

- 150224 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS - R\$ 4.129.471,91; Os valores de maior representatividade se referem a:
 - ✓ MANAUS AMBIENTAL S.A. - R\$ 622.215,68;
 - ✓ FUNDACAO DE APOIO INST. RIO SOLIMOES - R\$ 1.964.157,88;
 - ✓ AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - R\$ 574.826,47;
 - ✓ BIOPLUS COMERCIO E REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS - R\$ 360.190,22.

- 154039 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - R\$ 6.713.577,96; Os valores de maior representatividade se referem a:
 - ✓ AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - R\$ 742.562,79;
 - ✓ FUNDACAO DE APOIO INST. RIO SOLIMOES - R\$ 2.168.989,40;
 - ✓ TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUCOES LTDA- R\$ 866.993,29;
 - ✓ ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIV. - R\$ 1.136.450,91;

Pode se observar que em ambas as UG's, existe um valor global referente a R\$ 4.133.147,28 pago a FUNDACAO DE APOIO INST. RIO SOLIMOES, que se refere à indenização e

pagamento de verbas trabalhistas, referente ao término de prestação de serviços sem cobertura contratual executado pela UG 150224 - Hospital Universitário Getúlio Vargas, sendo pago pela UG 154039 - Fundação Universidade do Amazonas.

Tabela 33 – Pagamentos de Restos a Pagar Processados

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	AH(%)
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	10.843.049,87	2.792.234,19	-
Total	10.843.049,87	2.792.234,19	288,33%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

5-Resultados da Análise dos Índices da Demonstração do Fluxo de Caixa

2º Trimestre de 2018

5.1 – Demonstração do Fluxo de Caixa

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	8.308.407,68	39.413.692,93
INGRESSOS	445.892.342,22	436.691.154,35
Receitas Derivadas e Originárias	3.004.729,83	15.436.435,20
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	120.458,04	509.967,31
Receita Industrial	31.023,24	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	1.785.198,97	1.228.942,95
Outras Receitas Derivadas e Originárias	994.828,07	695.107,55
Transferências Correntes Recebidas	73.221,51	13.002.417,39
Intergovernamentais	-	272.319,81
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	272.319,81
Outros Ingressos das Operações	442.887.612,39	420.982.399,34
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	143.805,37	289.897,84
Arrecadação de Outra Unidade	442.513.266,80	420.689.998,55
Demais Recebimentos	174.827,52	-
DESEMBOLSOS	55.712,70	2.502,95
Pessoal e Demais Despesas	-437.583.934,54	-397.277.461,42
Legislativo	-	-
Judiciário	-350.526.545,53	-321.654.839,25
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-81.024.025,90	-71.805.432,74
Educação	-10.667.378,43	-9.519.850,46
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-258.808.932,92	-240.092.188,05
Urbanismo	-23.750,00	-237.368,00
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-

	2º Trimestre de 2018	2018	2017
Organização Agrária			
Indústria			
Comércio e Serviços			
Comunicações			
Energia			
Transporte		-4.373,56	
Desporto e Lazer		1.915,28	
Encargos Especiais			
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			
Juros e Encargos da Dívida		-42.595.728,69	-35.455.755,52
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna			
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa			
Outros Encargos da Dívida		-42.590.617,72	-35.455.755,52
Transferências Concedidas		-44.461.660,32	-40.166.866,65
Intergovernamentais		-5.110,97	-168.219,44
A Estados e/ou Distrito Federal		-113.711,02	
A Municípios		-44.347.949,30	-39.998.647,21
Intragovernamentais			
Outras Transferências Concedidas			
Outros Desembolsos das Operações			
Dispêndios Extraorçamentários			
Transferências Financeiras Concedidas			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-10.967.695,41	-16.597.006,59
INGRESSOS			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Outros Ingressos de Investimentos		-10.967.695,41	-16.597.006,59
DESEMBOLSOS		-10.089.826,18	-16.488.048,45
Aquisição de Ativo Não Circulante			
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-877.869,23	-108.958,14
Outros Desembolsos de Investimentos			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS			
Operações de Crédito			
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais			
Transferências de Capital Recebidas			
Intergovernamentais			
Dos Estados e/ou Distrito Federal			
Dos Municípios			
Intragovernamentais			
Outras Transferências de Capital Recebidas			
Outros Ingressos de Financiamento			
DESEMBOLSOS			
Amortização / Refinanciamento da Dívida			
Outros Desembolsos de Financiamento			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-2.659.287,73	22.816.686,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		31.013.524,44	12.273.736,64
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		28.354.236,71	35.090.422,98

5.2 Fluxos de Caixa das Atividades das operações - Ingressos

5.2.1 Receitas Derivadas e Originárias

Ao analisar os ingressos das "Receita Derivadas e Originárias" do Órgão 26270, observou-se um decréscimo de -80,53% quando comparado o 2º Trimestre de 2018 com o mesmo período de 2017. Esse decréscimo é consequência principalmente da variação das "Outras Receitas Derivadas e Originárias", que apresentou uma redução de -99,44% neste mesmo período, pois o item em questão no 2º Trimestre de 2017 contava com o valor de R\$ 12.636.908,01 proveniente do convênio 03/2010 (Parque Tecnológico para Inclusão Social) executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES com a UG 154039. Maiores detalhes sobre os valores do convênio em questão se encontram em nosso Balanço Patrimonial.

Outro item que apresentou decréscimo foi o de Receita Patrimonial, que apresentou uma variação de -76,38%, no 2º Trimestre de 2018 apresentou um saldo de R\$ 120.458,04, enquanto no mesmo período de 2017 apresentava um saldo de R\$ 509.967,31, este valor expressivo em 2017, refere-se principalmente à cobrança de taxas de cessões onerosas pendentes.

Vale ressaltar que mesmo tendo havido aumentos percentuais significativos nas categorias "Receitas de Serviços" (45,26%, por consequência principalmente do concurso com inscrições nesse trimestre para o cargo de Professor Substituto na UG 154039 e Processo Seletivo do Interior de 2018) e "Remuneração das Disponibilidades" (43,12%, por consequência da aplicação dos R\$ 12.636.908,01 citados anteriormente) os valores envolvidos não tiveram impacto suficiente para alterar o decréscimo presente neste tipo de receita.

Tabela 34 – Receitas Derivadas e Originárias

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	AH(%)
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	3.004.729,83	15.436.435,20	-
Total	3.004.729,83	15.708.435,20	-80,53%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

5.3 Fluxos de Caixa das Atividades das operações - Desembolsos

5.3.1 Transferências Concedidas

Ao analisar os desembolsos do item "Transferências Concedidas" do Órgão 26270, observou-se um aumento de 20,14% quando comparado o exercício de 2018 com o exercício de 2017. Essa variação é consequência principalmente do item "Intragovernamentais", que apresentou um aumento de valor de 20,12% devido principalmente aos valores presentes em Restos a Pagar Processados Pagos, que por sua vez tiveram um aumento de 288,33% (como pode se observar no

demonstrativo do Balanço Financeiro) em comparação com o mesmo período de 2017. Maiores informações no Anexo de Restos a Pagar.

Tabela 35 – Transferências Concedidas

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	AH(%)
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	42.595.728,69	35.455.755,52	-
Total	42.595.728,69	35.455.755,52	20,14%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

5.4 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

Ao analisar os "Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento" do Órgão 26270, observou-se um decréscimo de -33,92% quando comparado o 2º Trimestre de 2018 com o mesmo período de 2017. Essa variação é consequência principalmente do item "Aquisição de Ativo não Circulante", que apresentou uma redução de -38,81%.

Isso se deve à redução dos Restos a Pagar não Processados Pagos relativos às despesas de capital. Maiores detalhes constam no Anexo de Restos a Pagar.

Tabela 36 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	AH(%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	10.967.695,41	16.597.006,59	-
Total	10.967.695,41	16.597.006,59	-33,92%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

5.4.1 Outros Desembolsos de Investimentos

Em relação ao item de Outros Desembolsos de Investimentos, verificamos que houve o aumento de 705,69% quando comparado o 2º Trimestre de 2018 com o mesmo período de 2017. Isso se deve ao crescimento, dentre os empenhos liquidados pagos, de despesas de capital que foram pagas na forma de indenização ou reconhecimento de dívida, chegando ao percentual de 34,53% do total pago para esse tipo de natureza de despesa até o 2º Trimestre de 2018.

Informamos ainda que foi documentado à PROADM através de MEMO 276/2018 - DEFIN, para ciência e providencias quanto à justificativa pelo pagamento de Despesas de Capital através de Indenização e Reconhecimento de Dívida.

Tabela 37 – Outros Desembolsos de Investimentos

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	AH(%)
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	877.869,23	108.958,14	-
Total	877.869,23	108.958,14	705,69%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

5.5 Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa, no montante negativo de R\$ 2.659.287,73, representa a diferença entre os valores "Inicial" e "Final" do Caixa e Equivalentes de caixa, indicando que houve mais saída do que entrada de recursos financeiros neste 2º Trimestre de 2018. Cabe ressaltar que a variação percentual de -111,66% se acentua devido a presença do valor de R\$ 12.636.908,01 proveniente do convênio 03/2010 (Parque Tecnológico para Inclusão Social) executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES com a UG 154039 em 2017. Maiores detalhes sobre os valores do convênio em questão se encontram em nosso Balanço Patrimonial.

Tabela 38 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

R\$ milhares

	30/06/2018	30/06/2017	AH(%)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-2.659.287,73	22.816.686,34	-
Total	-2.659.287,73	22.816.686,34	-111,66%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.